



PPG Política Social
Serviço Social

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL**

ELSA FRANKE ROSO

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES DA SAÚDE NO CONTEXTO
DA CONTRARREFORMA DO ESTADO**

PORTO ALEGRE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL

ELSA FRANKE ROSO

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES DA SAÚDE NO CONTEXTO
DA CONTRARREFORMA DO ESTADO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio Barros Oliveira

PORTO ALEGRE

2018

ELSA FRANKE ROSO

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES DA SAÚDE NO CONTEXTO
DA CONTRARREFORMA DO ESTADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Antonio Barros Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ Programa de Pós-Graduação
em Política Social e Serviço Social

Profa. Dra. Míriam Thais Guterres Dias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Programa de Pós-Graduação
em Política Social e Serviço Social

Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI)

Dra. Idília Fernandes
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas
com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS)

Dedico esta pesquisa aos trabalhadores do Hospital Sanatório Partenon que resistiram com bravura às bombas de fragmentação e às balas de borracha no dia 16 de novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Paulo Antonio Barros Oliveira, por apostar na nossa parceria, pela delicadeza e por compreender as dificuldades do percurso.

À Professora Miriam Dias, em quem busco inspiração pela inteligência, pelo destemor, pelas convicções.

Às colegas do mestrado Cláudia, Cristine, Daiane, Eliana, Janaíra, Marcela, Mariele e Silvana pela amizade e parceria nesses dois anos.

À colega e amiga Àguida por compartilhar seu conhecimento de uma forma tão solidária e interessada. Aprendi muito contigo.

Às minhas duas mães, Josabeth e Sonia, e ao meu pai, José, pelo apoio incondicional.

Aos meus camaradas do Polo Comunista Luis Carlos Prestes por compreenderem meu afastamento temporário da militância.

Às minhas queridas companheiras do núcleo de Serviço Social do Hospital Sanatório Partenon. Sem esse apoio eu não teria conseguido vencer a jornada do mestrado.

Ao camarada José Vanderlei Feltrin, minha principal referência política viva. Obrigada por contribuir com as escolhas mais importantes que fiz na vida.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada junto a servidores de um hospital público estadual no RS que se notabilizaram pela capacidade de mobilização nas lutas contra a retirada de direitos empreendida pelo atual governo do Estado do RS. Buscou-se compreender essa participação política, atípica em um cenário de refluxo das lutas sociais. **Objetivos:** compreender os fatores que influenciam a participação política dos servidores; examinar os principais motivadores para o engajamento político dos servidores; conhecer a repercussão da participação nas relações interpessoais no cotidiano de trabalho. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Foram entrevistados 14 servidores estáveis de um hospital público estadual, com reconhecida atuação no movimento dos servidores públicos estaduais, e um servidor estadual com liberação para exercício de mandato classista. O instrumento para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. A seleção dos participantes da pesquisa ocorreu por amostragem não probabilística, utilizando a técnica denominada “bola de neve”, por meio da qual cada entrevistado indica o próximo, baseado em, no mínimo, um dos seguintes critérios: participação em atividades sindicais, greves e paralisações; e capacidade de mobilização de colegas para estas atividades. **Resultados:** a participação política está associada à defesa dos direitos da categoria de servidores públicos, do serviço público estatal e de qualidade e, também, à defesa do direito à saúde da população usuária do hospital, a qual os participantes da pesquisa reconhecem como frágil na defesa de seus interesses. Na perspectiva dos entrevistados, a participação política, desde que organizada e crítica, pode influenciar as decisões de governo. Afirmam que a sua atividade política repercute nas relações interpessoais no local de trabalho, tanto no sentido de fortalecimento de laços de solidariedade entre colegas e de superação da invisibilidade no processo de trabalho, quanto para o enfrentamento de atitudes hostis proferidas por parte das chefias imediatas no local de trabalho. **Conclusões:** a participação política dos servidores do hospital, mediada tanto pelos sindicatos, quanto pelo coletivo de trabalhadores formado dentro da instituição hospitalar, é um fator importante para a superação do isolamento e da invisibilidade dos trabalhadores da saúde ou dos profissionais de saúde que atuam no ambiente de trabalho do referido hospital, pois contribui para o fortalecimento das relações interpessoais pautadas sobretudo em atos de solidariedade, de respeito e de reconhecimento do trabalho e dos trabalhadores que atuam naquele serviço de saúde. Além disso, a participação política organizada se demonstrou uma importante estratégia para a materialização de processos de resistência dos trabalhadores diante dos fatores estruturais que engendram a precarização do trabalho no serviço público.

Palavras-chave: Participação política; Coletivo de trabalho; Contrarreforma do Estado; Saúde pública

ABSTRACT

This research was performed working closely with the public servant from a hospital in the state of Rio Grande do Sul. They became noticed because the high level of organization during the struggle against the austerity agenda undertaken by the actual RS governor. Therefore, we search for the understanding of the political participation performed by these workers, which was unusual in the actual reflux of social struggle scenario. **Objectives:** Our objectives are to understand the factors that influence the political participation of the public servants; to examine the main reasons for public servants political commitment; to discover the repercussion of this participation in the servant's interpersonal relationship in daily routine at work. **Methodology:** We performed a field research of qualitative approach with an exploratory objective. Fourteen stable public servant, from the hospital, recognized by their action in the movement, were interviewed. The instrument for data collection was the semi-structured interview. The participants were select using a no-probabilistic method, the "snow ball" technique. This technique consist in use the recommendation giving by a subject to choose the next interviewed. In order to do that, the next subject must, at least, fulfill one of following requirements: it must had participated unions meetings or strikes and/or it must have gathering skills for the mobilization of fellow workers. **Results:** The following motivational factors were determined: the defense of public servant working rights, the defense of public service and its quality, and also of hospital users. The latter was recognized as fragile among their interests defense. Major part of the interviewed believe that political participation, as long as organized and critical, could influence on government decisions. Finally, all interviewed state that their political activities concerns in interpersonal relations at work, either in strengthening their solidarity bonds between fellow workers and overcoming invisibility, either as intensifying hostiles actions by the managers. **Conclusions:** The political participation of public servants from hospital, mediated either by union either by colleagues collectives inside the institution, is an important factor for the overcome of isolation and invisibility in work environment, because articulated interpersonal relationships based on solidarity and on the recognition of the other, setting as a resistant strategy of workers to the advancing precarization of work in public services.

Keywords: Political participation; Work group; Government's austerity programme; Public health

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das emendas constitucionais que caracterizam a contrarreforma do Estado, por redação e aspectos relacionados à Reforma do Estado, Porto Alegre, 2018	33
Quadro 2 - Objetivos e questões norteadoras da pesquisa.	49
Quadro 3 - Operacionalização da coleta de dados, com identificação dos participantes, por forma de acesso, evidências de busca e instrumento de coleta dos dados.....	51
Quadro 4 - Distribuição dos participantes, com nomes fictícios, por ano de ingresso no serviço público, principais perdas e principais conquistas, segundo a visão do entrevistado.....	54

SIGLAS

ACD – Auditoria Cidadã da Dívida

BM – Banco Mundial

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EC – Emenda Constitucional

ESP – Escola de Saúde Pública

FMI – Fundo Monetário Internacional

HSP – Hospital Sanatório Partenon

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MUS - Movimento Unificado dos Servidores

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PL – Projeto de Lei

PT – Partido dos Trabalhadores

RJU – Regime Jurídico Único

RS – Rio Grande do Sul

SINDSEPE – Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais do RS

SINTERGS – Sindicato dos Servidores Técnico-Científicos do RS

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	DE QUE TRABALHADORES ESTAMOS FALANDO?	19
2.2	CONTRARREFORMA DO ESTADO E NEOLIBERALISMO	21
2.2.1	Brasil: a dívida pública e o desmonte do público	27
2.2.2	A contrarreforma do Estado como estratégia neoliberal para recuperação das taxas de lucro	29
2.3	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUAS ESPECIFICIDADES NO BRASIL.....	34
2.3.1	Novo Sindicalismo e Movimento Sanitarista: duas escolas de participação política para os trabalhadores	38
2.3.2	O pacto de classes e o arrefecimento do movimento sindical e popular	43
3.	PERCURSO METODOLÓGICO	48
4.	RESULTADOS.....	54
4.1	MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	54
4.1.1	Sonho realizado? Perdas e conquistas dos servidores públicos estaduais no período de avanço e consolidação do neoliberalismo no Brasil.....	54
4.1.2.	O servidor público no imaginário popular	61
4.1.3	Manifestações da precarização do trabalho como principais perdas pelo trabalhador do setor público.....	63
4.1.4	A influência da participação sobre as decisões do governo estadual	67
4.1.5	“Nossa luta não é só por salário”: o que motiva a participação política é a defesa da categoria, do serviço público e dos usuários	71
4.2	AQUISIÇÕES PROPORCIONADAS PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	75
4.2.1	Ampliação da capacidade de análise	75
4.2.2	Relações interpessoais no trabalho	79
5.	CONCLUSÃO	86
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS.....	89
	APÊNDICE I.....	89
	APÊNDICE II.....	101
	APÊNDICE III.....	102

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como tema central a participação política dos servidores públicos no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro e, mais especificamente, o processo de participação política dos trabalhadores estáveis de um hospital público estadual localizado em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, onde houve o ascenso da mobilização dos servidores contra as tentativas de retirada de direitos empreendidas pelo atual governo estadual.

Desde o primeiro parcelamento salarial, a mobilização dos servidores do Hospital Sanatório Partenon vem ganhando contornos de uma participação política organizada, com repercussão na imprensa, influência sobre a organização por local de trabalho de servidores de outros serviços estaduais e tentativas de articulação com professores, lideranças comunitárias e trabalhadores de outras categorias, o que motivou a decisão pelo tema da pesquisa.

O interesse pelo tema tem a ver com a militância no movimento sindical e popular e à permanente busca de estratégias de mobilização e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Em 2011, trabalhei como assistente social em Canoas e participei da organização dos trabalhadores de uma área de ocupação irregular em defesa da regularização fundiária, no bairro Fátima. Em 2012, na condição de assistente social da Prefeitura do município de Charqueadas/RS, atuei na mobilização da população usuária da Política de Assistência Social para exigir o cumprimento dos princípios do SUAS de forma a superar o caráter clientelista atribuído por alguns gestores do município a esta política pública.

Em 2013, como residente da Escola de Saúde Pública, militei em defesa de uma Residência Multiprofissional comprometida com o SUS público e estatal e na articulação do Coletivo de Residentes com as lutas mais gerais dos trabalhadores. Neste momento, na condição de servidora pública concursada desde 2014, tenho buscado contribuir com a organização dos trabalhadores de um hospital público estadual especializado no tratamento da tuberculose com o objetivo de forjar uma resistência popular à perda de direitos para além das pautas corporativas dos servidores públicos estaduais.

Outro fator que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o valioso aprendizado que tive a partir de 2016, na condição de integrante da coordenação estadual da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, participando da organização das greves e mobilizações convocadas pelas centrais sindicais. Pude observar de perto as contradições do movimento sindical, os dilemas gerados pela dificuldade de mobilizar as bases de trabalhadores, debates de conjuntura, entre outras situações. Convivi com sindicalistas experientes dos mais variados matizes do espectro político.

Tenho acordo com José Paulo Netto (2016) quando o reconhecido intelectual marxista expõe sua opinião sobre a universidade pública: ela deve estar onde estão as lutas dos trabalhadores.

Infelizmente as entidades representativas dos trabalhadores e, no âmbito desta pesquisa, mais especificamente, as entidades representativas dos servidores públicos estaduais do RS, não têm conseguido mobilizar e organizar suas bases para um enfrentamento à altura da gravidade das medidas tomadas pelo governo estadual, associado aos grandes empresários, devido, entre outros fatores, à pouca capacidade convocatória das organizações sindicais atualmente no Brasil.

Os servidores públicos do poder executivo estadual do Rio Grande do Sul têm enfrentado dificuldades desde o início da gestão do atual governo, como o pagamento parcelado dos salários, o não pagamento da gratificação natalina (equivalente ao décimo-terceiro salário), além da aprovação de leis que liberalizam a venda de imóveis públicos e a fusão e extinção de serviços e fundações públicas (respectivamente, o Projeto de Lei 181/2016 e o Projeto de Lei 246/2016).

No momento histórico em que a ofensiva do grande capital encontra a organização da classe trabalhadora desmobilizada, entre outros motivos, apassivada por praticamente catorze anos do pacto de classes que vigorou no País (IASI, 2012), esta pesquisa buscará desvelar os fatores que levam um segmento de servidores públicos estaduais da área da saúde a organizar a resistência à perda de direitos e ao desmonte do serviço público estadual.

No final de 2017 a Assembleia Legislativa do Estado aprovou o Projeto de Lei 249/2017, que autoriza a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal, proposto pelo governo federal com o objetivo de oportunizar aos estados endividados o reequilíbrio financeiro ao suspender temporariamente o pagamento da dívida com a

União. Contudo, somente o pagamento é suspenso; a dívida continua ativa e o compromisso com o pagamento será reassumido dentro de, no máximo, seis anos.

As condições políticas e econômicas para a intensificação da ofensiva contra os servidores públicos estaduais do RS estão conformadas pelo alinhamento de projetos políticos dos atuais governos estadual e federal, identificados com os interesses econômicos do grande empresariado. No Rio Grande do Sul, os empresários representados pela Agenda 2020 têm influenciado os rumos do governo de José Ivo Sartori, a ponto de um dos diretores executivos deste projeto ter sido recentemente nomeado para Secretário da Educação (GAÚCHA ZH, 2017).

A redução das funções coesivas do Estado (SANTOS, 2011) tem sido observada no cenário mundial desde fins da década de 1960. A crise da onda longa expansiva do capitalismo (NETTO, 2011) e o ascenso da ideologia neoliberal estabeleceram as condições favoráveis para a retirada de direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora, fenômeno que, no Brasil, se expressou de forma mais contundente a partir da década de 1990.

A contrarreforma do Estado é um conceito cunhado por Atílio Borón (2003) para caracterizar o que vem ocorrendo na América Latina desde o final do século XX em termos de mercantilização de direitos sociais e que, eufemisticamente, são chamadas de “*reformas orientadas ao mercado*” (BORÓN, 2003). Estas reformas nada mais visam do que reduzir a intervenção estatal em áreas de interesse do mercado, o que, além de mercantilizar direitos sociais, gera grandes prejuízos aos trabalhadores do setor público.

No Rio Grande do Sul a contrarreforma do Estado vem se materializando na ampliação da terceirização de atividades-meio no serviço público, na privatização de empresas estatais lucrativas, na precarização das condições de trabalho e dos serviços prestados à população e na retirada de direitos dos servidores públicos, dentre outros fenômenos que serão identificados por meio desta pesquisa.

Com efeito, a intensa participação política dos trabalhadores, organizados em sindicatos, movimentos populares e partidos políticos, resultou na absorção de boa parte das suas reivindicações pela Constituição Federal de 1988. São exemplos dessas conquistas o Sistema Único de Saúde (SUS), gratuito e universal, e os direitos para os servidores públicos, inspirados nos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores do setor privado.

Contudo, a regulamentação desses direitos constitucionais foi condicionada pelos planos de austeridade impostos por organismos internacionais multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), aos países endividados, e pelo projeto político hegemônico na direção do Estado brasileiro a partir do processo de democratização do País, o qual empreendeu um processo de privatização de empresas e serviços públicos estatais que, em termos de quantidade de patrimônio público transferido ao setor privado, foi menor apenas do que o processo de privatizações engendrado com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (TENDLER, 2014).

Nesse sentido, a contrarreforma do Estado é a via pela qual ocorre o desenvolvimento do neoliberalismo, ao afastar qualquer obstáculo à circulação do fluxo de mercadorias e dinheiro (BEHRING, 2008). No caso do Brasil, o que ocorreu a partir do ascenso neoliberal foi a ação estatal orientada a tornar o território nacional mais “atraente” para o investidor estrangeiro, principalmente em relação à desregulação das relações de trabalho com vistas a reduzir os custos da força de trabalho.

A contrarreforma do Estado atingiu em cheio a capacidade organizativa e de participação política dos trabalhadores dos setores público e privado, pois refreou a implementação das conquistas constitucionais, modificando sobremaneira a correlação de forças entre capital e trabalho.

É nesse cenário que servidores públicos estaduais, mais especificamente aqueles que identificamos como trabalhadores do SUS, engendram estratégias de resistência às manifestações mais sentidas da contrarreforma do Estado brasileiro: o desmonte do sistema público de saúde e a perda de direitos historicamente conquistados. Assim, esta pesquisa teve como objetivo estudar o caso dos servidores do Hospital Sanatório Partenon, os quais tiveram um papel muito importante nas mobilizações contra o parcelamento dos salários, além de outras pautas, o que foi reconhecido por trabalhadores e sindicalistas de diferentes categorias.

O Hospital Sanatório Partenon foi criado em 27 de janeiro de 1951 para tratamento de pessoas com tuberculose, atendendo à orientação do Decreto-Lei n. 9.387, de 20 de junho de 1946, que instituiu a campanha nacional contra a tuberculose. Na época, entendia-se que o isolamento dos doentes em hospitais era a forma mais adequada de prevenir a disseminação da doença. Até então, muitas

peessoas morriam pela falta de leitos hospitalares e abrigos onde pudessem receber o tratamento necessário.

Antes romantizada como a doença que vitimou personalidades importantes, como grandes literatos e chefes de estado, a incidência da tuberculose estava então historicamente restringindo-se aos setores mais precarizados da classe trabalhadora.

Fato marcante é que, tanto nos países ricos como nos pobres, a tuberculose deixou de ser doença das elites para continuar vitimando os segmentos pobres da população. Dessa forma, a tuberculose despiu-se do seu antigo manto aristocrático para tornar-se essencialmente plebeia (ROSEMBERG, 1999, p. 6).

Atualmente, a população usuária da internação hospitalar do Sanatório Partenon é, majoritariamente, formada por pessoas em situação de vulnerabilidade social, com características tais como o uso abusivo de álcool e outras drogas e a dificuldade de adesão ao tratamento da tuberculose na atenção primária à saúde.

Para os fundamentos teóricos desta pesquisa considere importante identificar as características básicas da crise capitalista que teve início no final da década de 1960 nas economias capitalistas centrais e, uma década mais tarde, nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, a fim de apresentar sucintamente as bases sobre as quais se erigiu o neoliberalismo (NETTO, 2006; MANDEL, 1986).

A discussão segue com as estratégias utilizadas pelos grandes monopólios internacionais para recuperar suas taxas de lucro, como, por exemplo, a apropriação pelo ideário neoliberal do termo Reformas e sua imposição aos países de capitalismo tardio. Tal debate faz referência à participação política dos trabalhadores como forma de resistência à precarização das condições de vida e à perda de direitos, especialmente no período marcado pela contrarreforma do Estado brasileiro, cujo marco legal foi estruturado a partir da década de 1990. Por fim, descreve o apassivamento e o refluxo dessa resistência organizada ao longo dos anos 2000.

Os trabalhadores não têm conseguido engendrar respostas político-organizativas suficientes para enfrentar o histórico retrocesso imposto pelo grande capital por meio dos atuais grupos dirigentes do País. Em tempos de refluxo (MATTOS, 2009) e apassivamento (IASI, 2012) da ação política organizada da classe trabalhadora, a relevância desta pesquisa está na possibilidade de desvelar alguns fatores determinantes para a participação política de um coletivo de trabalhadores do

serviço público estadual em defesa de seus direitos e contra o desmonte do que ainda está preservado das políticas sociais.

Com o fracasso do pacto de governabilidade estabelecido entre o grande empresariado e os grupos dirigentes dos setores mais organizados da classe trabalhadora, que vigorou no Brasil por praticamente 14 anos, reduzem-se as possibilidades de uma participação política efetiva no interior da ordem democrática, haja vista o esvaziamento do caráter deliberativo dos conselhos de direitos e políticas públicas e a ofensiva conservadora contra movimentos populares e sindical.

O aprofundamento da contrarreforma do Estado brasileiro se materializa na “ordem do dia” através da aprovação em ritmos acelerados de Emendas Constitucionais e Projetos de Lei, com prejuízos dificilmente recuperáveis pela classe trabalhadora em curto prazo de tempo. Em novembro de 2016 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95, a qual institui o congelamento de investimentos em áreas essenciais, como seguridade social, educação e ciência e tecnologia, que por vinte anos receberão repasses financeiros somente com a correção inflacionária baseada nos valores gastos em 2016, ainda que a economia do País volte a crescer a taxas mais altas (EL PAÍS, 2016).

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016, que trata da Reforma da Previdência, a qual impõe aos trabalhadores, entre outros retrocessos, 49 anos de contribuição previdenciária para garantir a aposentadoria integral. Recentemente foi aprovada a Reforma Trabalhista, que acaba com a conquista histórica da jornada de 08 horas e liquida com a ação dos sindicatos ao estabelecer o “negociado sobre o legislado”, ou seja, a possibilidade de não cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São recorrentes as notícias de demissões em massa de trabalhadores para recontratá-los com vínculo precário e maior exploração.

Definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os fatores que influenciam a participação política dos trabalhadores estáveis do Hospital Sanatório Partenon no contexto de aprofundamento da contrarreforma do Estado Brasileiro, no período compreendido entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016?

A revisão da literatura aborda, fundamentalmente, três categorias: breve caracterização do "trabalhador servidor público" e do "trabalhador usuário do Hospital Sanatório Partenon", contrarreforma do Estado e participação política, com destaque

para os antecedentes históricos do neoliberalismo - matriz econômica e ideológica da contrarreforma do Estado - e as peculiaridades da participação política no contexto brasileiro.

Com relação ao delineamento da pesquisa, definiu-se como objetivo geral: compreender os fatores que influenciam a participação política dos servidores de um hospital público estadual especializado; e, como objetivos específicos: 1. examinar os principais motivadores para o engajamento político desses servidores. 2. conhecer a repercussão da participação política dos servidores nas relações interpessoais no cotidiano de trabalho.

Os resultados da pesquisa estão contemplados em dois capítulos: o primeiro - Motivações para a participação política - está organizado conforme o primeiro objetivo específico da pesquisa e contempla os fatores que motivam a participação política; o segundo - Aquisições proporcionadas pela participação política - contempla o segundo objetivo específico, mas não restringe-se a ele, pois identificou-se que a participação proporcionou aquisições aos participantes, e não somente repercutiu nas relações interpessoais no trabalho.

Por fim, este estudo pretende contribuir para o processo político-organizativo dos valorosos trabalhadores do Hospital Sanatório Partenon em sua resistência à perda de direitos e ao desmonte do Estado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para compreender o significado da contrarreforma do Estado brasileiro, e a participação política dos servidores públicos neste processo, é importante situar historicamente acontecimentos de dimensões internacionais que foram determinantes para o que hoje é o Estado brasileiro e, também, características da formação sociohistórica do Brasil que condicionaram a participação dos trabalhadores.

O Brasil, assim como outros países com inserção subordinada no capitalismo, implementou tardiamente as reformas neoliberais em relação aos países de economia central, processo que coincidiu com o momento histórico de conquistas constitucionais no campo dos direitos sociais e das liberdades democráticas, tais como o Sistema Único de Saúde e o direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. A década de 1990 é emblemática nesse sentido, pois marca o início da contrarreforma do Estado brasileiro.

É neste período também que acontece o aumento sem precedentes da dívida pública. Este tema foi incluído na discussão da pesquisa por sua importância no contexto das lutas de resistência à perda de direitos dos servidores públicos estaduais no Rio Grande do Sul. Assim como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul é um dos estados que enfrenta profunda crise fiscal, o que tem sido exaustivamente utilizado pelo governo estadual para justificar privatizações e corte de direitos.

A forma como os trabalhadores do setor público enfrentam a perda de direitos e o sucateamento das políticas públicas gerados pela contrarreforma do Estado remonta ao que foi historicamente, no Brasil, a participação política dos trabalhadores, profundamente marcada pela violência praticada pelas elites nativas, o que provocou a necessidade de se abordar as especificidades da participação no Brasil, principalmente em um período recente da nossa história em que os avanços político-organizativos experimentados a partir da década de 1970 foram aplainados pelo pacto de classes que vigorou até o golpe institucional ocorrido em 2016.

O que explica a motivação de um conjunto de trabalhadores da saúde para lutar por seus direitos em uma conjuntura em que há um visível refluxo e abatimento da participação política daqueles que vivem do trabalho? A vivência dos trabalhadores do Hospital Sanatório Partenon instigou a investigação dos fatores que influenciam a

participação. Por que razão as pessoas retiram-se momentaneamente dos seus processos de trabalho e comparecem a assembleias e reuniões de mobilização, aderem a greves e paralisações, sujeitando-se a aglomerações e até mesmo ao risco da violência policial? Além disso, por que razão expõem-se a sanções por parte de chefias e de prejuízo nas relações com aqueles colegas mais cétricos em relação à efetividade dessa luta?

Portanto, o presente capítulo é um esforço de apresentar a participação política de trabalhadores da saúde no contexto da contrarreforma do Estado a partir de um resgate, nos limites da abrangência dessa pesquisa, dos fatores que foram determinantes para esse processo, buscando superar a positividade do fenômeno tal como ele se mostra superficialmente.

2.1 DE QUE TRABALHADORES ESTAMOS FALANDO?

Estão lotados atualmente no HSP 272 servidores estatutários. Destes, um terço possui nível fundamental de escolaridade. O hospital é uma das quatro instituições de saúde com administração direta do Estado do RS, vinculada ao Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais, da Secretaria Estadual da Saúde, e é referência estadual para o tratamento de tuberculose.

Antes de iniciar a discussão acerca da participação política no contexto da contrarreforma do Estado, avaliou-se que é importante não só identificar os sujeitos da pesquisa – os trabalhadores do HSP – como também, as pessoas atendidas por estes trabalhadores. Primeiro, os servidores públicos estaduais estatutários da administração direta, lotados em um serviço de saúde de assistência às pessoas com tuberculose. Segundo, os sujeitos que interagem cotidianamente com os participantes da pesquisa, os usuários do serviço, interação esta que exerce grande influência sobre a participação política dos servidores.

Para fins deste estudo serão considerados sinônimos as expressões “servidor público” e “trabalhador do serviço público” para tratar dos participantes da pesquisa e daqueles que compõem o universo dos participantes, a saber: trabalhadores assalariados da administração direta, que contempla

os técnicos e os funcionários administrativos em atividades não exclusivas do Estado ligados à prestação de serviços coletivos e sociais, basicamente nas áreas de saúde, previdência e educação (NOGUEIRA, 2005, p. 177).

A expressão “servidor público” refere-se aos aspectos legais do exercício do cargo, regido por legislação própria e Regime Jurídico Único (RJU), enquanto a expressão “*trabalhador do serviço público*” refere-se à condição material real desses assalariados que, a partir da década de 1980, são alvo de um processo de precarização dos serviços públicos que os aproxima, cada vez mais, das condições de vida de um trabalhador assalariado do setor privado (NOGUEIRA, 2005). O autor trata de um processo de transição da condição de servidor público para trabalhador assalariado, o que se manifesta não só nas condições materiais de vida, como também em relação à participação política, haja vista as conquistas constitucionais dos servidores públicos no campo da atividade sindical.

Com relação ao conceito de trabalho, Nogueira argumenta que os funcionários públicos têm em comum com os demais trabalhadores o “*trabalho assalariado em serviços*” (p. 160), atuando na esfera do trabalho improdutivo e garantindo “*as condições sociais, políticas e administrativas externas aos sistema de produção capitalista*” (p. 160). Nesse sentido, refere o autor, a contradição principal não está baseada na apropriação indevida da mais-valia, como acontece no setor privado produtivo, “*e sim pela forma como o Estado atribui valores ao conteúdo desse trabalho no contexto do mercado capitalista*” (p. 160).

Ainda segundo o autor, as áreas do aparelho do Estado ligadas diretamente ao desenvolvimento capitalista são beneficiárias de processos de modernização, enquanto serviços públicos não ligados diretamente à produção capitalista, como saúde, segurança e educação, são subvalorizados. Para o autor,

A deterioração qualitativa (apesar do crescimento quantitativo) dessas áreas estratégicas, voltadas para as necessidades básicas dos maiores contingentes da sociedade de classes do Brasil, combina-se com a deterioração das condições gerais de funcionamento dessas instituições e das condições de trabalho e de vida dos funcionários públicos. (p. 165)

Estamos falando, então, de um conjunto de trabalhadores da saúde que sofre diretamente as consequências do desmonte da saúde pública no que diz respeito às relações e condições de trabalho. Há outro estrato da classe trabalhadora que sofre as consequências do desmonte da política pública de saúde: os usuários do SUS. No

âmbito desta pesquisa, abordaremos especialmente o usuário do HSP, acometido de tuberculose e suas comorbidades.

É de amplo conhecimento na área da saúde pública a relação entre pobreza e tuberculose. *“a incidência da tuberculose está altamente relacionada a questões socioeconômicas, ou seja, está associada à pobreza e à má distribuição de renda”* (TEIXEIRA e COSTA, 2010, p. 107). Desemprego, moradia precária e dificuldade de acesso aos serviços de saúde são alguns fatores que *“desempenham importante papel na transmissão e desenvolvimento da tuberculose”* (DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE, 2013), a qual recomenda-se que seja tratada na rede de Atenção Primária à Saúde.

Contudo, uma pequena parcela desse contingente de pessoas com tuberculose realiza o tratamento em internação hospitalar, geralmente por causa da dificuldade de adesão ao tratamento atribuída ao uso problemático de álcool e outras drogas. No Rio Grande do Sul, o serviço de saúde que oferta internação exclusivamente para pessoas com tuberculose é o Hospital Sanatório Partenon.

Esses usuários têm trajetórias de vida marcadas pela violência, criminalidade, abandono familiar, sendo que a grande maioria acessa o mundo do trabalho somente em condições extremamente precárias. Muitos manifestam sequelas pelo uso prolongado e prejudicial de substâncias psicoativas.

Chamou-nos atenção a recorrência com que os participantes da pesquisa referiram preocupação com esta população, principalmente em função das consequências do sucateamento dos serviços de saúde, o que levou muitos entrevistados a referirem que a defesa dos usuários do HSP é uma das razões que os motivam a assumir a participação política.

2.2 - CONTRARREFORMA DO ESTADO E NEOLIBERALISMO

Na definição de Netto (2001), a década de 1970 marca a crise da onda longa expansiva do capitalismo. O crescimento econômico vertiginoso da Europa ocidental a partir do pós-II Guerra Mundial, com taxas de lucro ascendentes, possibilitou políticas de pleno emprego e bem-estar social para o conjunto dos trabalhadores. Este período ficou conhecido como as três décadas de ouro do capitalismo.

Para Mandel, as crises são explicadas pelas ondas longas do capitalismo, caracterizadas pelo movimento ascendente e descende da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico:

Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo de acumulação decapital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação (MANDEL, 1982, p. 75).

A onda longa expansiva caracteriza-se por

períodos en los que las fuerzas que operan contra la tendencia a la caída de la tasa media de ganancia actúan con fuerza y de forma sincronizada,

provocando “*ascensos a largo plazo de la tasa media de ganancia*”, o que é possível quando há crescimento real dos salários, incremento da taxa de mais-valia, desaceleração da taxa de incremento da composição orgânica do capital, aceleração da circulação de capital ou uma combinação de alguns ou de todos estes fatores. O autor assegura ainda que esses fatores não anulam as crises cíclicas inerentes à economia capitalista, mas atuam como freio a elas.

Para Mézáros (2011), no atual estágio de desenvolvimento capitalista, as crises não são apenas cíclicas, mas trata-se de uma crise estrutural, pois ocorre em uma escala de tempo extensa e contínua e necessita de soluções também estruturais.

Diferente das crises cíclicas, possíveis de serem superadas dentro da ordem econômica capitalista, a crise sistêmica exige a transformação do próprio modo de produção capitalista para a sua superação. Para o filósofo marxista húngaro, são quatro os aspectos principais da crise estrutural do capitalismo: o caráter universal; o escopo verdadeiramente global; escala de tempo extensa e contínua e o modo de desdobramento gradual (MÉSZÁROS, 2011).

Portanto, é no contexto de crise estrutural do capitalismo ou, conforme Mandel, no período da onda longa recessiva do capitalismo (1982), que se dá a contrarreforma do Estado em países de capitalismo periférico como o Brasil, e este processo de

contrarreforma influencia sobremaneira a organização e a participação política dos trabalhadores.

Netto e Braz (2006) ressaltam que a crise dos anos dourados da economia de mercado marca o fim “*da ilusão do capitalismo democrático*” (p. 213), evidenciada pelo “*colapso do ordenamento financeiro mundial*”, com o rompimento unilateral dos Acordos de Breton Woods¹ pelos norte-americanos, e pelo

‘*choque do petróleo*’, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP (idem, ibidem).

Fatores sociopolíticos influenciaram o cenário descrito, como o crescimento do movimento sindical na Europa ocidental, o ascenso das lutas anticoloniais de libertação nacional na África e no Oriente Médio, e das lutas antiimperialistas na América Latina, processos apoiados pela URSS.

Como resposta à crise de alcance mundial agudizada na década de 1970 o grande capital monopolizado² e os estados nacionais dos países capitalistas lançam mão do conjunto ideológico neoliberal que, segundo Netto e Braz (2006, p. 226) compreende

(...) uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de mercado).

O neoliberalismo é uma reatualização dos princípios econômicos liberais para superar a crise global (SOARES, 2009). Contudo, confirmando a argumentação de Netto e Braz, a autora afirma que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, mas “*faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e*

¹ Acordos estabelecidos em uma conferência realizada em 1944, nos EUA, pelas quarenta e quatro nações aliadas, com o objetivo de estabelecer as condições para o funcionamento do capitalismo no pós-II Guerra Mundial. Na ocasião os Estados Unidos – nação imperialista hegemônica – conseguiu impor o dólar como moeda de troca internacional.

² Capitalismo na sua fase monopolista: forma de controle dos mercados que compõe o que Lenin definiu como estágio imperialista, com o objetivo de aumentar a taxa de lucros. De acordo com Netto (2011), são algumas das características do capitalismo monopolista: crescimento progressivo dos preços das mercadorias; taxas de lucro mais altas nos setores monopolizados; elevação da taxa de acumulação e redução da taxa média de lucro; investimentos concentrados nos setores de maior concorrência; e economia de trabalho vivo pela introdução de novas tecnologias.

das relações sociais" (p. 12), com forte ofensiva no campo das ideias como única alternativa para superação da crise e para o bem-estar dos indivíduos.

O principal teórico do neoliberalismo é Friedrich Von Hayek, economista austríaco e um dos principais críticos do estado de bem-estar social do pós-II Guerra Mundial e das experiências socialistas do leste europeu. Em entrevista concedida a Revista Veja em 1979, e reeditada por este veículo em agosto de 2016, Hayek afirma que não é possível abolir as desigualdades sociais no sistema de livre mercado, atribuindo às habilidades individuais a capacidade de sobrevivência e desenvolvimento dos seres humanos na sociedade. Perguntado pelo entrevistador sobre como o livre mercado poderia resolver os problemas das regiões subdesenvolvidas, Hayek responde:

O desenvolvimento dessas regiões é uma questão de se descobrir oportunidades e habilidades, as quais são mais efetivamente alcançadas através da livre competição. Somente quando forem dadas às massas subdesenvolvidas oportunidades para que utilizem suas capacidades, terão elas a possibilidade de deixar o estado de pobreza em que se encontram (HAYEK, 1979).

Hayek não concorda com a tendência à concentração e centralização do capital, que necessariamente provoca concentração de riqueza e, conseqüentemente, impõe à grande maioria da população limitações sociais, demográficas, econômicas, entre outras, que impedem o "*livre desenvolvimento*" dos indivíduos.

O termo "*neoliberalismo*" recebeu diferentes significados desde que passou a ser utilizado, no segundo quartel do século XX. Inicialmente, a expressão foi defendida por economistas europeus e norte-americanos como resposta à proposta de um Estado regulador com economia planejada, como garantia de evitar que crises econômicas como a de 1929 ocorressem novamente. Na época, esta crise foi atribuída ao fracasso do liberalismo clássico.

Contudo, o grande capital não abre mão dos estados nacionais para viabilizar a sua expansão, uma vez que necessita do aparato político, legal, burocrático e até mesmo militar (SANTOS, 2011) dos Estados-Nação para abertura de mercados e redução dos custos de produção. Na verdade,

o objetivo real do capital monopolista não é a 'diminuição' do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais (SANTOS, 2011, p. 227).

Hayek argumenta que a economia planificada tende à formação de estados totalitários, pois impõe à sociedade um nivelamento de necessidades, as quais serão respondidas pelo Estado com um “*plano único*” (p. 76, 2010). O economista critica as instituições democráticas e as define como incapazes de colocar em prática as tarefas para as quais foram eleitas pelo povo, além de defender a separação entre a gestão econômica e a área política.

Para o economista,

aumenta cada vez mais a convicção de que, se quisermos resultados, devemos libertar as autoridades responsáveis dos grilhões representados pelas normas democráticas. (p. 83).

Em outras palavras, a economia não deve estar sujeita às normas da maioria. O mérito da doutrina liberal estaria justamente em reduzir ao mínimo possível as questões que dependem de consenso.

Este é um aspecto importante que diferencia as proposições neoliberais daquelas atribuídas ao liberalismo clássico. O pensamento liberal, em sua origem, cumpriu uma função social revolucionária ao impulsionar o desenvolvimento capitalista, o que incluía alguns princípios democráticos. Contudo, superado o período histórico em que podia cumprir tarefas democráticas, o pensamento neoliberal, hoje, assume apenas os aspectos regressivos da doutrina que erigiu os estados nacionais.

Teixeira (2012) argumenta que Hayek diferencia liberalismo e democracia, afirmando que o liberalismo é avesso ao totalitarismo, enquanto que a democracia “*apreendida como soberania popular, oferece ameaça à liberdade econômica e política, e que por isto seu status de valor supremo deve dar lugar à liberdade*” (p. 189). Apesar do jogo de palavras utilizado por Hayek em defesa da “*liberdade*” em detrimento da democracia, a argumentação de Teixeira desvela o caráter profundamente antidemocrático do liberalismo do final do século vinte.

No contexto em que se realiza a presente pesquisa, é evidente o caráter antidemocrático da atual gestão estadual, que manifesta-se, dentre outros exemplos, não só na relação com servidores públicos do poder executivo, por meio de repressões violentas às suas manifestações políticas, como também na relação com o conjunto da população, ao defender a redução do Estado sem qualquer disposição para o diálogo com os trabalhadores e usuários das políticas sociais.

Para Harvey (2016) o neoliberalismo foi uma estratégia contrarrevolucionária levada a cabo pela classe capitalista para frear o poder do trabalho, representado pelo avanço de movimentos revolucionários no mundo em desenvolvimento – Angola, Moçambique, China - e também pelo avanço da influência comunista em países como França e Itália.

A contraofensiva sobre as conquistas sociais dos trabalhadores, entendidas pelos teóricos neoliberais como entraves ao livre funcionamento do mercado e responsáveis pela crise do Estado, provocou, inclusive, a apropriação pelo vocabulário neoliberal do termo Reformas. As ideias neoliberais começam a influenciar não apenas a economia, mas o modo de vida nos países capitalistas ocidentais, expandindo-se mundialmente com o enfraquecimento das experiências socialistas.

O ascenso neoliberal se dá tardiamente nos países de capitalismo periférico em relação às economias centrais. Enquanto que na Inglaterra as medidas de austeridade para conter o gasto social do estado e recuperar as taxas de crescimento econômico já eram tomadas no início da década de 1970, no Brasil este movimento conjunto do Estado e do grande empresariado começa a se expressar em meados da década de 1980.

A redução das funções coesivas do Estado ocorre de forma mais contundente nos países que ocupam uma posição subordinada na dinâmica da economia mundial. Sendo o capitalismo uma totalidade contraditória, seu desenvolvimento não se dá de forma independente em cada país, mas em ritmos e condições políticas, econômicas e culturais diferentes. Nesse sentido, por exemplo, ex-colônias, como o Brasil, incorporam estágios mais avançados do modo de produção capitalista sem necessariamente passar por etapas intermediárias (LÖWY, 1995), gerando a combinação do moderno em setores estratégicos da economia e do arcaico em termos de relações sociais e até mesmo em formas de produção pré-capitalistas. Isto não significa que o Brasil é um país atrasado e que, seguindo uma perspectiva evolucionista, chegaria à mesma etapa de desenvolvimento das economias centrais, mas, sim, que a sua posição na dinâmica capitalista é subordinada.

Assim, a burguesia nativa atua para facilitar a entrada do capital exportado por grandes corporações que concentram capital financeiro através da oferta de mão-de-obra barata e de um aparato legal e burocrático frouxo que facilite a exploração dos

recursos locais. O capitalismo, no seu atual estágio monopolista, caracteriza-se pelo progressivo aumento da concentração e da centralização de capital e, por isto, necessita de um centro hegemônico que centralize e coordene uma gama de diferentes ritmos de crescimento regionais. A este tipo de desenvolvimento se dá o nome de desigual e combinado³ (SANTOS, 2011). Nesta lógica, a condição subordinada não significa uma insuficiência do capitalismo, mas uma condição particular e necessária ao seu desenvolvimento.

Portanto, um dos compromissos fundamentais dos países de economia subordinada é a redução do Estado no que diz respeito aos gastos sociais e seu fortalecimento como uma espécie de “avalista” do grande capital. No Brasil, o processo de redução das funções coesivas do Estado foi denominado, “oficialmente”, de Reforma do Estado.

2.2.1 Brasil: a dívida pública e o desmonte do público

Outro fator determinante para o aprofundamento da crise dos países capitalistas subordinados é o sistema da dívida pública. Conforme Santos, as relações financeiras condicionadas pelas economias dominantes

baseiam-se em empréstimos e na exportação de capital, o que lhes permite receber juros e lucros, aumentando assim seu excedente doméstico e fortalecendo seu controle sobre as economias de outros países (2011, p. 6).

Este processo provoca um verdadeiro escoamento do excedente gerado pela economia interna por meio de lucros e juros, possível através de uma superexploração da força de trabalho, o que resulta na

limitação do desenvolvimento do seu mercado interno e de sua capacidade técnica e cultural, bem como na saúde moral e física da sua população (p. 7).

³ O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo é uma concepção elaborada por Trotsky para analisar o processo de revolução russa, especialmente para explicar o fato de um país economicamente atrasado ter conseguido concretizar uma revolução socialista.

No Brasil, a dívida pública consome quase a metade do orçamento federal. De acordo com informações do site da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), de 1995 a 2017 a dívida interna federal saltou de R\$ 86 bilhões para R\$ 5 trilhões

em decorrência dos juros abusivos e de mecanismos financeiros obscuros, que geram a chamada dívida pública e só favorecem ao setor financeiro (auditoria cidadã panfleto 3-18).

Para Maria Lucia Fatorelli, coordenadora nacional da ACD, “*a dívida tem sido a justificativa para todas as contrarreformas*” (FATORELLI, 2017). Ela afirma que o Estado brasileiro sustenta um “*sistema da dívida pública*”, sistema porque direciona o modelo econômico:

direciona a política monetária, direciona o que vai gastar e com quê, porque pega metade [do orçamento federal]. Então, o resto fica todo sacrificado (idem, ibidem).

No final da década de 1970 o Brasil vivia uma forte crise econômica decorrente da estratégia de desenvolvimento adotada pelos governos militares, de amplo investimento em obras de infra-estrutura e de forte expansão das indústrias de base (construção naval, petroquímica, siderurgia), por meio do acesso fácil ao financiamento de fundos internacionais e via intenso fluxo de entrada de capital estrangeiro, gerando um *boom* na dívida pública do País.

Lupatini (2012) afirma, com base em Marx, que a dívida pública é um dos principais componentes do processo de reprodução ampliada do capital no período contemporâneo. Trata-se da apropriação, pelo Estado, de parte da mais-valia – ou “*apropriação de parte dos salários*” (p. 67) através do recolhimento de tributos, que será transferida para frações do Capital. O autor conclui que “*a dívida pública tem, portanto, implicações sobre a luta de classes*” (idem, ibidem).

Os estados brasileiros também sofrem as consequências do sistema da dívida pública. No Rio Grande do Sul foi aprovado recentemente o Projeto de Lei complementar 249/2017, que dispõe sobre a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal proposto pelo governo federal. Na prática, trata-se da suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União por até seis anos. Em contrapartida, o Estado do RS garante congelamento de salários dos servidores públicos, contenção dos investimentos em políticas sociais e suspensão de concursos públicos, dentre

outras medidas que afetam diretamente servidores e à parcela da população que mais necessita de serviços públicos, pelo período de vigência do acordo. Ademais, serão incentivadas privatizações de estatais (o que o governo de José Ivo Sartori já vêm tentando concretizar). Ao término dos seis anos, a estimativa é de que a dívida terá aumentado de R\$60 bilhões para 106 bilhões.

No Rio Grande do Sul, a questão da dívida pública tem sido um dos principais argumentos utilizados por representantes de diferentes gestões estaduais para agudizar a retirada de direitos do funcionalismo público. Em agosto de 2017, o governador do Estado anunciou que não iria pagar à União a parcela mensal de 140 milhões de reais para quitação de uma das parcelas dos salários dos servidores públicos. Aliás, desde 2015 tem sido recorrente a utilização de argumentos que associam o não pagamento de compromissos financeiros do Estado à necessidade de pagar em dia o funcionalismo público. Esta associação incita ainda mais a opinião pública contra os trabalhadores do setor público, criando as bases que o governo precisa para sustentar a opção que tem feito desde 2015: não pagar em dia e não reajustar os salários do funcionalismo.

2.2.2 A contrarreforma do Estado como estratégia neoliberal para recuperação das taxas de lucro

A Reforma do Estado, ou o reordenamento das funções do Estado, foi uma das respostas à crise da onda longa expansiva da economia capitalista com o intuito de torná-lo mais funcional à recuperação das taxas de lucro. Esta resposta integra o escopo de estratégias de superação da crise forjado pelo neoliberalismo. Antes entendida como “*conjunto de mudanças para ampliar direitos*” (BRAZ e NETTO, 2006, p. 227), a partir da década de 1980

sob o rótulo de reforma(s), o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.

A Reforma do Estado brasileiro teve como um de seus idealizadores o economista Luis Carlos Bresser Pereira, para quem a referida Reforma se constituía como “*a grande tarefa política dos anos 90*” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 49), a

alternativa ao Estado Mínimo neoliberal e ao “*Estado social-burocrático*” e intervencionista (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 91), atribuído aos países socialistas do leste europeu, situando tal Reforma nos marcos da Terceira Via. Para um dos grandes idealizadores da Reforma do Estado, a solução está no desenvolvimento de um Estado social-liberal:

O Estado do século vinte e um não poderá ser a repetição do Estado liberal do século dezenove, como querem os neoliberais. O mundo não volta para trás. Nem a continuidade do Estado Social-Burocrático deste século que finda, porque foi esse o Estado que entrou em crise. Ao fim deste round, Estado e Mercado estão empatados. Sugiro que o Estado do capitalismo globalizado do século vinte e um será o Estado Social-Liberal. (1998, p. 94).

À frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante todo o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), Bresser Pereira implementou seu programa de Reforma em 1995, através da criação do MARE, materializado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

Para ele, são quatro os processos básicos da Reforma do Estado que levarão ao Estado Social-Liberal do século XXI: a delimitação das funções do Estado; a redução do grau de interferência do estado ao efetivamente necessário; o aumento da governança do estado e o aumento da governabilidade, do poder de governo (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 60). Esses conceitos referem-se, fundamentalmente, aos processos de privatização e ampliação do setor público não-estatal na prestação de serviços sociais e na produção científica, setores até então de domínio do Estado.

Outras características do Estado social-liberal são a desregulação do controle estatal para fortalecimento dos mecanismos de controle via mercado, ajuste fiscal e administração pública gerencial, limitando as funções do Estado a formular políticas públicas e viabilizar governos mais “*legítimos e democráticos*” através de uma melhor “*intermediação de interesses*” (p. 60).

Com o objetivo de criar as condições políticas e legais para a “Reforma”, o governo de FHC criou um órgão interministerial denominado “Câmara de Reforma do Estado”, o qual aprovou o referido Plano Diretor, bem como orientou a Emenda Constitucional 19/1998, que trata da reforma da administração pública, dentre outras leis e medidas provisórias.

Para Behring (2008) a Reforma do Estado levada a cabo a partir da década de 1990 no Brasil trata-se, na verdade, de uma contrarreforma neoliberal, pois pauta-se no ideário liberal para condução do Estado e evidencia

um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário de medidas práticas (...) que se expressa nas condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como nas condições de participação política (p. 72).

A autora chama a atenção para o texto introdutório do Plano Diretor da Reforma, o qual anuncia que “*o Estado brasileiro afastou-se de suas funções precípuas para atuar na esfera produtiva*” (p. 177), destacando as reiteradas manifestações do presidente FHC afirmando que a crise enfrentada pelo País era uma crise do Estado, e por isto “*a deterioração dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação*”. O discurso oficial transmite a ideia de que o Estado brasileiro é “*rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa*”, e por estas razões a necessidade de se implementar a reforma gerencial visando qualidade e produtividade no serviço público.

Na busca do consenso e da aceitação da contrarreforma do Estado por parte dos trabalhadores, ganha importância a ofensiva ideológica por meio da cultura, consolidando e naturalizando o pensamento único, que é a difusão das idéias neoliberais pelos meios de comunicação de massas, “*mas também dentro de ambientes bem pensantes*” (p. 78), como as universidades. A autora afirma que

O ambiente do neoliberalismo potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e intelectual. (p. 66).

Tem-se, assim, que o mais tacanho senso comum defende os princípios neoliberais como se estivesse realmente sendo beneficiado por este modelo de desenvolvimento econômico e social, comportamento observável, inclusive, por setores da classe trabalhadora.

No contexto da contrarreforma, o Estado nacional deixa de desenvolver políticas industriais e passa a ser um garantidor para a entrada segura no país de capital internacional, investindo em áreas de infra-estrutura que não interessam ao setor privado, concedendo benefícios fiscais e desregulamentando relações de

trabalho; tudo para garantir atratividade perante grandes grupos econômicos mundiais.

Aqui, tem destaque os processos de privatização, reduzindo as dimensões do setor público, para livrar-se de empresas endividadas, mas principalmente para dar 'guarida' aos investidores (...) (BEHRING, 2008, p. 59).

Têm-se, assim, que

assuntos de vocação particular orientam os de vocação geral e de interesse público, no quadro de uma dissociação entre o poder econômico mundializado e o poder político nacional (p. 59).

Na virada para “*a onda longa com tonalidade depressiva*” (BEHRING, p. 62), ganham importância também as renúncias fiscais, configurando-se como um dos principais causadores da crise fiscal. Para a autora,

‘É evidente a reorientação do fundo público para as demandas do empresariado, combinada à queda da receita engendrada pelo ciclo depressivo e à diminuição da taxa sobre o capital (p.63).

A autora analisa criticamente as proposições de Bresser Pereira com relação ao seu “Estado Social-Liberal”. Além de apontar as contradições contidas no seu projeto de Estado Social-Liberal, que iguala-se ao projeto neoliberal em diversos aspectos, apesar do esforço de Bresser Pereira para diferenciá-los, a autora refere o modo “instrumental e reducionista” como o principal dirigente do Plano Diretor da Reforma do Estado define a democracia nesse novo paradigma norteador da gestão pública. Apesar de sua formulação teórica prever mecanismos de controle e participação dos cidadãos, em nenhum momento ele define de que forma essa participação se estrutura.

A transição democrática do final de década de 1980, segundo Behring, é definida por estes setores como “*um momento de retrocesso*” (p. 180) e a Constituição de 1988 é caracterizada como um novo “*populismo patrimonialista*”. Os formuladores da Reforma do Estado, de acordo com a autora, argumentam que

A Constituição, desse ponto de vista, engessou o aparelho do Estado por meio de algumas medidas: a extensão das regras burocráticas para empresas

estatais e administração indireta, o regime jurídico único, a estabilidade para os servidores civis e a aposentadoria integral no serviço público. (p. 180).

Outra contradição apontada pela autora nas formulações que embasaram a Reforma do Estado na década de 1990 refere-se ao discurso de defesa da “saúde fiscal” do Estado brasileiro e sua autonomia na geopolítica mundial. A completa entrega de empresas estatais produtivas e lucrativas ao capital estrangeiro e a desobrigação dessas empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil levou ao

completo desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. Diga-se, o inverso de tudo o que foi anunciado: o combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais. (p. 201).

Ou seja, nada mais antinacional, agressivo à soberania nacional e subserviente às grandes potências econômicas mundiais, processo este facilitado pelo Programa Nacional de Desestatização aprovado em 1996.

As emendas sofridas pela Constituição Federal de 1988 são um importante indicador de como a contrarreforma do Estado vem se materializando no Brasil desde a década de 1990. O Quadro 1 apresenta algumas emendas que exemplificam a conformação do Estado máximo para os interesses do grande capital e mínimo para a classe trabalhadora, o que atinge diretamente os direitos e as condições de trabalho dos servidores públicos.

Quadro 1 - Distribuição das emendas constitucionais que caracterizam a contrarreforma do Estado, por redação e aspectos relacionados à Reforma do Estado, Porto Alegre, 2018. (continua)

Emenda	Redação	Aspectos relacionados à contrarreforma do Estado
EC nº 8, de 15 de agosto 1995	Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.	Derruba a exigência do controle acionário estatal das empresas para exploração de serviços públicos de telecomunicações; cria novas formas de concessão da exploração ao setor privado, provocando a terceirização de mão-de-obra.
EC nº 19, de 04 de	Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio	Permite que organizações de direito privado execute atribuições inerentes à administração direta; fim da unicidade do Regime Jurídico Único; importação para o

junho de 1998	de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.	serviço público da lógica privatista por meio da doutrina do gerencialismo.
EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998	Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.	Fim da aposentadoria integral dos servidores públicos; privatização de parte da previdência dos servidores através de fundos de pensão.
EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003	Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.	Fim da paridade entre servidores públicos ativos e inativos; proventos limitados ao valor máximo pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Congela os gastos públicos primários por vinte anos, incluindo aumentos e reajustes salariais, proibição de novos concursos públicos, além de agudizar a precarização das condições de trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

2.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUAS ESPECIFICIDADES NO BRASIL

É importante referir que as pesquisas sobre participação política tem avançado especialmente a partir da década de 1960 (BORBA, 2012). Contudo, apesar desses estudos colaborarem para a superação da compreensão reducionista que orientou as primeiras análises, a qual identificava a participação política como restrita aos processos eleitorais, Borba afirma que os estudos carecem ainda de resultados que apontem para definições conceituais sobre o tema,

tendo-se preocupado muito mais com as estratégias de coleta e análise dos dados, do que na resolução de problemas conceituais (p. 281).

Outra crítica levantada pelo autor, que remete ao reducionismo na abordagem do tema, é com relação ao contexto das pesquisas, realizadas, em sua grande maioria, nos Estados Unidos e na Europa, impedindo generalizações que dêem conta das especificidades de regiões como América Latina e África.

Nogueira (2004) defende que são quatro as modalidades de participação: assistencialista, corporativa, eleitoral e política. A participação assistencialista remete

à “*natureza gregária e associativa do ser humano*” (p. 130) e relaciona-se a atitudes de solidariedade e auxílio mútuo, mais comum em segmentos populacionais mais pobres, e funciona como estratégia de sobrevivência. A participação corporativa consiste na “*defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou categorias profissionais*” (p. 131). Estas duas modalidades de participação o autor define como integrantes de uma dimensão “*pré-política da agregação moderna*” (p. 131) por causa do caráter ainda restrito da defesa de interesses particulares. Por sua vez, a participação eleitoral e a participação política inserem-se já na dimensão política propriamente dita, por estarem relacionadas aos interesses da coletividade.

O autor chama a atenção para os limites da participação eleitoral, a qual ele caracteriza como limitadora da atividade política do cidadão por restringir-se ao ato de votar e também pelo voto ser motivado por interesses particulares. Por fim, a participação política é aquela protagonizada pelos cidadãos e

realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado (p. 133).

Delfino e Zubieta (2010) argumentam que, na realidade contemporânea, a participação política cada vez mais se expressa para além dos processos eleitorais, como por meio de greves e manifestações públicas, o que tem alargado as formas de classificação:

En la actualidad, el repertorio político de los sujetos se limita cada vez menos a actividades como acudir a mítines o convencer a otras personas para que voten por un candidato o partido político y son más frecuentes las estrategias de *lashuegas* o las manifestaciones, abriéndose un abanico de posibilidades que hace a los autores plantearse diferentes agrupamientos. (2010, p. 219).

A participação política é condicionada, além de outros fatores, pelas crises econômicas. Uma crise econômica na França causada pela escassez de alimentos desencadeou as Revoluções de 1848, assim como a recuperação da economia criou as condições para a derrota do proletariado parisiense. Marx define a revolta dos trabalhadores em junho de 1848 como “*o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias*” (2011, p. 34). O exemplo da “Primavera dos Povos”, como também são conhecidos os acontecimentos de 1848, é um marco histórico para a participação política dos trabalhadores. Para Paulo Netto (2001), a Revolução de 1848

irá marcar “... *a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si*”.

Mandel (1986, p. 46), ao criticar o determinismo econômico mecanicista como fator exclusivo da luta de classes, assegura que

la salida de la onda larga depresiva no estapre-determinada (depende de los resultados de las luchas de classe entabladas entre fuerzas sociales vivas).

Ou seja, não depende exclusivamente dos aspectos econômicos relacionados à acumulação de capital, mas também das condições subjetivas – elevação dos níveis de consciência dos trabalhadores e sua organização como classe – para as quais é essencial a participação política.

No Brasil, a participação política dos trabalhadores foi historicamente condicionada pelo padrão de desenvolvimento transferido das economias centrais para as economias periféricas (FERNANDES, 2006), o que sempre exigiu uma estabilidade política necessária à exploração dual, tanto pelas classes dominantes locais quanto pelos “sócios majoritários” do grande capital. Essa restrição à participação política da classe trabalhadora só foi possível por meio de uma democracia para poucos, ou seja, de uma autocracia burguesa.

Esse padrão de desenvolvimento capitalista historicamente reprimiu a participação política da classe trabalhadora e dos mais pobres. De acordo com Mazzeo (2015), o desenvolvimento histórico-social do Brasil é marcado pelo latifúndio escravista moderno. Este aspecto caracteriza as colônias de exploração, já utilizadas para a especulação comercial desde o século XVI, portanto, plenamente integradas ao modo de produção capitalista. Os elementos de uma sociedade latifundiária e escravista determinam a estrutura produtiva e a superestrutura brasileira, que será marcadamente conservadora. A classe dominante brasileira já nasce subordinada, econômica e culturalmente, aos centros capitalistas mundiais.

A via não clássica da revolução burguesa no País desenvolveu o capitalismo sem executar suas tarefas democráticas, típicas da burguesia revolucionária, tais como as reformas de base e a defesa dos interesses nacionais (FERNANDES, 2005). Consolidou-se no país uma burguesia que não rompeu com a aristocracia agrária e a carregou consigo, conformando na direção política do Brasil o que Florestan Fernandes (1975) denominou de autocracia burguesa, com forte viés oligárquico e

patrimonialista, e que historicamente estabeleceu relações atravessadas pelo clientelismo e pelo assistencialismo com aqueles que vivem do trabalho. A autocracia burguesa, governando em prol dos seus interesses particulares, lançou mão ora da violência, ora da cooptação, para aplinar a mobilização e a participação política dos trabalhadores em suas lutas por melhores condições de vida.

O potencial explosivo da classe trabalhadora brasileira, alimentado por altos índices de desigualdade social e de concentração de renda, foi aplinado por parte das elites nativas, o que não impediu a eclosão de movimentos importantes de resistência e de conquista de direitos. Além das lutas sociais que eclodiram durante o império e a república velha, foram momentos de ascensão da luta organizada dos trabalhadores o período que antecedeu o golpe empresarial-militar de 1964, quando havia forte pressão social pelas reformas de base, e o período de transição democrática no final da década de 1970 e ao longo dos anos 80, com o crescimento do movimento operário e popular.

A participação política dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea é tolerada pelas elites e pelos intelectuais do neoliberalismo na sua forma eleitoral. Ainda assim, não sem lançar mão de estratégias que garantam a legitimação da ordem econômica vigente. Ibarra (2011) sustenta que a “*utopia neoliberal*” consiste na exaltação da liberdade dos mercados como a essência de uma sociedade ideal, garantidora de bem-estar e prosperidade, e por processos eleitorais como expressão democrática de uma democracia restrita ao eleitoral, sustentada e difundida pelos meios de comunicação de massas.

O autor acrescenta, ainda, que a democracia eleitoral dificulta aos partidos políticos o debate dos temas socioeconômicos fundamentais. Com tamanho domínio da superestrutura do modo de produção capitalista pelo pensamento neoliberal, não é de estranhar o excesso de confiança depositado pelos trabalhadores nos processos eleitorais e na judicialização da política como únicas saídas para o atendimento de suas demandas sociais.

A tentativa de democratização do País por parte de setores progressistas da sociedade brasileira pretendeu a incorporação de contingentes da classe trabalhadora historicamente excluídos dos assuntos de interesse do povo. Somente no final do século XX foi possível concretizar avanços importantes com relação à participação política, não somente para a democracia representativa – direito de voto para

mulheres e, posteriormente, para os analfabetos – como também em termos de democracia participativa – os conselhos de direitos e políticas públicas.

2.3.1 Novo Sindicalismo e Movimento Sanitarista: duas escolas de participação política para os trabalhadores

O esgotamento da ditadura empresarial-militar e de seu modelo desenvolvimentista baseado no endividamento externo, conhecido como “Milagre Econômico” anuncia a crise do velho e engendra em si o novo. É neste período, na década de 1970, que eclodem no Brasil as greves operárias. O golpe de 1964 criou condições para

uma forte expansão do padrão de acumulação capitalista através do incremento da produção industrial, em gestação desde os anos 1950, ampliando significativamente o novo proletariado industrial no Brasil (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 513).

E é a participação política deste novo proletariado industrial brasileiro, concentrado majoritariamente em São Paulo, que irrompe no cenário de crise econômica e cria as bases do novo sindicalismo, cuja principal expressão foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983. O novo sindicalismo consolida-se no bojo da crise econômica e dos movimentos pela redemocratização do país, é crítico ao sindicalismo atrelado às estruturas do estado (herança da era varguista), crítico à ação sindical pré-64, liderada por trabalhistas e comunistas, e ao sindicalismo pelego do período ditatorial. (ANTUNES e SILVA, 2015).

Um marco importante para a participação política dos trabalhadores do serviço público foi, na década de 1980, a legalização do direito de greve e de organização sindical, inscritos na Constituição Federal de 1988. O processo de “*proletarização*” do trabalhador do setor público, evidenciado na década de 1990 em função da implementação da contrarreforma do Estado, facilitou a aproximação entre trabalhadores dos setores público e privado (LOUREIRO, 2009). Em pouco tempo, os trabalhadores do serviço público já representavam o segundo maior contingente de sindicalizados entre a população assalariada adulta (RODRIGUES, 2015).

No mesmo período de esgotamento dos governos militares e ascensão do Novo Sindicalismo surgiram diversos movimentos sociais críticos ao modelo político e econômico vigente e propositivos quanto a um modelo de sociedade mais democrático e justo, como o movimento em defesa da reforma sanitária. Os trabalhadores da saúde pública estiveram à frente do Movimento Sanitarista juntamente com partidos políticos progressistas, entidades sindicais e movimentos populares, em defesa do direito à saúde pública, gratuita e de qualidade, associada a um projeto de sociedade que vislumbrava a radicalização da democracia, tendo como horizonte estratégico o socialismo (BRAVO e CORREIA, 2012).

A participação política dos trabalhadores da saúde no contexto de redemocratização do País foi um marco histórico na saúde pública brasileira, pois incorporou ao seu arcabouço teórico conceitos inspirados pela teoria social crítica, como, por exemplo, os determinantes sociais do processo saúde-doença, a centralidade do trabalho como fator determinante das condições de vida e de saúde, o conceito ampliado de saúde para além da ausência da doença e a capacidade de análise crítica da realidade que se desenvolve na medida em que se ampliam os espaços de participação política e controle social sobre as ações do Estado.

Em sua tese de doutoramento, Paim (2007) cita Teixeira (1989) para falar da dificuldade de se definir o conceito de Reforma Sanitária, admitindo haver ampla diversidade de conceituação sobre o tema ou, talvez, até a ausência de uma conceituação coerente. Por este motivo, optou-se por utilizar neste projeto de pesquisa o conceito de Reforma Sanitária inscrito no Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde, por ter sido esta conferência um marco na história do movimento sanitário no Brasil, ainda que o relatório seja fruto de consensos e não reflita a totalidade das concepções de saúde e sociedade que permearam o movimento. Portanto:

Em primeiro lugar, ficou evidente que as modificações necessárias ao setor saúde transcendem aos limites de uma reforma administrativa e financeira, exigindo-se uma reformulação mais profunda, ampliando-se o próprio conceito de saúde e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação que diz respeito a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, constituindo-se no que se está convencendo chamar a Reforma Sanitária. (BRASIL, 1986)

De acordo com Bravo e Correa (2012, p. 146),

as lutas da saúde estavam articuladas às lutas contra a ditadura e pela redemocratização do país, com prospecção socialista.

Sobre a vigência do Projeto da Reforma Sanitária na atualidade, Bravo (2006) define:

O Projeto de Reforma Sanitária está perdendo a disputa para o Projeto voltado para o mercado. Os valores solidários que pautaram as formulações da concepção de Seguridade Social, inscrita na Constituição de 1988, estão sendo substituídos pelos valores individualistas que fortalecem a consolidação do SUS para os pobres e a segmentação do sistema. (BRAVO , 2006 p. 21).

A Carta Constitucional de 1988 foi um avanço em termos de direitos sociais e participação porque absorveu parte das demandas do movimento sindical e do movimento sanitário, ainda que esta institucionalização tenha contribuído, negativamente, para o deslocamento do debate da Reforma Sanitária – como um projeto que guardava em si uma proposta societária – para a implementação do SUS – uma solução institucional e administrativa para a questão do acesso à saúde (PAIM, 2007). Outro avanço importante foi a ampliação do acesso à saúde aos segmentos mais empobrecidos da população, invertendo a ordem simbolizada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, quando o acesso era restrito aos trabalhadores formais, contratados via CLT.

Contudo, os retrocessos foram muitos até o presente período. A crise da via socialista de desenvolvimento em curso no leste europeu, que funcionava como contrapeso ao poder político e econômico do grande capital, e a ascensão do neoliberalismo no Brasil indicavam as dificuldades que seriam enfrentadas pelo movimento sanitário e pela população que vive do trabalho para implementação do Sistema Único de Saúde e das demandas mais gerais do conjunto dos trabalhadores.

A transição democrática sem ruptura com o modelo autocrático de dominação burguesa no Brasil (FERNANDES, 2005) levou os brasileiros a uma democracia tutelada, assegurada pelo artigo 142 da Constituição Federal de 1988, o que garante a segurança necessária para a continuidade do modelo de desenvolvimento capitalista intensificado a partir de 1964. A participação política dos trabalhadores no

contexto da abertura democrática se dará sob as condições de uma “*liberdade vigiada*”. Para Fernandes (2005)

(...) as burguesias nativas dos países periféricos detém um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes a dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil deslocá-las politicamente através de pressões e conflitos mantidos 'dentro da ordem'; e 'e quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe, agravadas sob as referidas circunstâncias" (p. 344).

Além disso, a regulamentação das conquistas constitucionais será dificultada pelo ascenso do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, no contexto da recessão econômica instalada no País pela crise do “milagre econômico” e a adesão ao Consenso de Washington.

A Reestruturação Produtiva, como estratégia do empresariado para enfrentar a crise econômica e aumentar a produtividade, impõe uma derrota aos trabalhadores e ao movimento sindical. Esse processo manifesta-se de forma mais contundente através da precarização sem precedentes das relações de trabalho e do incremento tecnológico nos processos produtivos, com uma complexa estratégia de captura da subjetividade dos trabalhadores, contribuindo sobremaneira para o arrefecimento do sindicalismo combativo.

Neste período fica cada vez mais evidente a transição da Central Única dos Trabalhadores para uma política sindical “*voltada, centralmente, para a negociação e para a defesa da cidadania em detrimento dos valores da classe trabalhadora*” (ANTUNES, SILVA, 2015, p. 523).

Para o movimento sanitário, a década de 1990 marca uma modificação na correlação de forças entre os projetos políticos de saúde em disputa, com maior influência sobre a implementação do SUS o projeto privatista, capitaneado e defendido não apenas por grandes corporações dos ramos farmacêutico, de serviços médicos ou de diagnósticos, mas acima de tudo um projeto viabilizado pelo Estado.

Soares (2013) argumenta que a contrarreforma do Estado foi um movimento de desconstrução das conquistas da década de 1980 para a saúde pública, agindo no sentido de precarizar a política de saúde e “*torná-la cada vez mais uma política pobre para pobres, deixando amplo espaço para o mercado (...)*” (p. 94). A autora atribui ao

Banco Mundial a função de “*formulador e divulgador da racionalidade da contrarreforma*”.

A contrarreforma do Estado levada a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso definiu a saúde como área não exclusiva do Estado, o que permitiu a prestação de serviços públicos de saúde por organizações sociais. Segundo Soares

As estratégias da contrarreforma na saúde colocavam-se da seguinte maneira: precarização do SUS, ampliação restrita, fragmentada e desigual do sistema, sem anunciar sua contrarreforma ou qualquer alteração substancial. (p. 95).

Após quase três décadas de “Constituição Cidadã” e 28 anos de aprovação da Lei Orgânica da Saúde podemos dizer que existem no Brasil um sistema de saúde público com avanços legais, que é referência mundial; e um sistema público real (CORREIA, 2007), cenário de enfrentamento entre diversos interesses políticos, que resiste ao completo desmonte graças a participação política de trabalhadores e usuários que defendem o SUS como um patrimônio dos brasileiros.

A progressiva mercantilização das esferas da vida social, característica do sistema capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento monopolista, ávido pela abertura de novos mercados, tende a transformar em mercadoria áreas essenciais ao desenvolvimento dos seres humanos, como é o caso da saúde. As privatizações na saúde pública brasileira seguem o receituário neoliberal de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, responsáveis por orientar a política econômica de países de capitalismo subordinado, e se justificam pela necessidade de ajuste fiscal, racionalização do gasto público, estímulo à concorrência, dentre outros argumentos que sustentam a redução das políticas sociais a sistemas focalizados para amenizar a pobreza.

Ao contrário do progressivo controle do Sistema Único de Saúde pelo Estado, o que aconteceu a partir da década de 1990 foi o aumento do setor privado na prestação dos serviços de saúde. Além de vincular-se ao projeto societário neoliberal por meio da transferência da lógica empresarial para a execução de serviços essenciais ao desenvolvimento de um povo, o projeto privatista comprova sua hegemonia ao precarizar as relações e condições de trabalho dos trabalhadores da saúde.

A ofensiva privatista se dá não só nas políticas sociais, mas principalmente sobre grande parte do setor produtivo estatal. A retração dos investimentos sociais evidencia o aumento do desemprego e da concentração de renda, legitimados junto aos trabalhadores por intensa campanha midiática de ataque ao tamanho do Estado.

Portanto, a contrarreforma do Estado alterou não somente as condições e relações de trabalho dos assalariados e a qualidade das políticas sociais públicas inscritas na CF de 1988, como também a capacidade de mobilização e enfrentamento das organizações e movimentos representativos dos trabalhadores, os quais retomariam o fôlego no início de século XXI, porém, já influenciados pelo pacto de governabilidade dos governos petistas.

2.3.2 O pacto de classes e o arrefecimento do movimento sindical e popular

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal renovou as expectativas de grande parcela dos trabalhadores com relação a um projeto de sociedade para o País realmente democrático e popular. Com relação às possibilidades de participação política dos trabalhadores, acreditou-se que o período que se iniciava seria de maior influência das organizações populares e representativas dos trabalhadores nas decisões estratégicas para as maiorias.

De acordo com estudo de Pogrebinschi e Santos (2011), entre 1988 e 2009 foram realizadas 80 conferências nacionais de políticas públicas, com caráter normativo e deliberativo (p. 159), com predominância das temáticas saúde (25%) e minorias (25%). Setenta e quatro dessas conferências ocorreram somente durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com ampliação para diferentes temáticas relacionadas a cidadania, como direitos humanos, direitos de minorias, educação e cultura.

Ainda que os dados do IBGE revelem ampliação dos espaços de participação política, o que ocorreu no período, contudo, foi a consolidação do que Mauro Iasi (2012) identificou como “*democracia de cooptação*”, que tem como uma de suas estratégias a ampliação das esferas de consenso como forma de disciplinar a luta de classes, possibilitando, assim, a realização dos “*interesses essenciais da acumulação de capital*” (p. 315).

Para o autor, o período histórico recente, marcado pelo pacto de classes, teve seus “*mecanismos de participação direta devidamente travados, quando não criminalizados*” (p. 315). É possível citar como exemplo as instâncias de controle social do SUS, as quais, muitas vezes, por conta da cooptação da participação popular e pela hegemonia de projetos privatistas, têm reduzido o seu potencial transformador e de educação política. Menezes (2013) destaca que muitos dos entraves ao desenvolvimento do potencial político dos conselhos decorrem

da cultura política presente ao longo da história brasileira, que não permitiu a criação de espaços de participação no processo de gestão das políticas públicas (p. 289).

Iasi (2012) afirma que

o capital em sua forma madura, parasitária, exige que seu domínio implique em um grau cada vez maior de cooptação e apassivamento do proletariado (p. 286).

O autor cita os super lucros de grandes empresas do setor produtivo para afirmar a “*intensificação brutal*” da taxa de exploração, acompanhada da “*imposição de perdas históricas para os trabalhadores*” no Brasil, como, por exemplo, a elevação do lucro da Petrobras em 17%, no ano de 2010, totalizando R\$35, 189 bi; e cita também o lucro da Vale, no mesmo ano, em R\$30,1 bi, três vezes maior em relação ao resultado do ano anterior.

“*Nunca antes na história desse país os bancos ganharam tanto dinheiro e de forma tão fácil!*”, disse Paulo Kliass em sua coluna no site da publicação Carta Maior, datada de 06/02/2012, com base nos resultados dos lucros divulgados pelos próprios bancos: Itaú - R\$ 14,6 bi; Banco do Brasil (BB) - R\$ 12,1 bi; Bradesco - R\$ 11 bi; Santander - R\$ 7,8 bi; Caixa Econômica Federal (CEF) - R\$ 5,2 bi. Aqui está a essência do pacto de classes: em tempos de crescimento econômico, em que as altas taxas de lucro do grande empresariado estão garantidas, a burguesia aceita fazer concessões à classe trabalhadora, desde que estas concessões não atinjam seus privilégios e tampouco incentive a organização política dos trabalhadores.

Mattos (2013) afirma que o Partido dos Trabalhadores deu prioridade absoluta para a via eleitoral como forma de luta e abandonou a mobilização social, o que

somado à grande fluidez programática, facilitaram bastante o trânsito para propostas claramente social-democratas nos anos 1990, ou mesmo para a aceitação de dogmas neoliberais no governo federal do PT (...) (P. 163).

O autor argumenta que o crescimento quantitativo do partido em espaços institucionais provocou um deslocamento de poder de direção para os militantes eleitos para cargos do legislativo e executivo e compara este fenômeno ao que aconteceu com a CUT no mesmo período, quando “90% dos tomadores de decisão (os que participavam dos congressos) eram dirigentes/ burocratas sindicais” (p. 163).

O privilegiamento absoluto da via institucional para a disputa política determinou

uma linha de intervenção cada vez mais voltada para a institucionalidade e distante dos movimentos sociais que tinham impulsionado o partido nos seus primeiros dez anos de existência (idem, ibidem).

Com relação ao movimento sanitarista não foi diferente. Lideranças importantes do movimento sanitarista assumiram cargos no Ministério da Saúde a partir de 2003. Segundo Soares,

Se o movimento de reforma sanitária já vinha em processo de refluxo e fragmentação, no governo Lula ocorre de fato o transformismo de grande parcela das lideranças dos trabalhadores e, dentre estas, as do movimento sanitário. Isto possibilita aos muitos defensores da saúde pública se engajarem na produção e defesa de ‘inovações’ na gestão da política de saúde sob o argumento da reatualização e modernização da reforma sanitária, quando, na verdade, a estão negando. (2013, p. 98, grifos da autora).

Bravo (2006) descreve a política de saúde no governo Lula da Silva como cenário de embate entre três projetos políticos, são eles: o projeto privatista – encabeçado pela “*indústria da doença*” – farmacêutica e de diagnósticos – planos de saúde e consultórios privados; o projeto que flexibiliza a Reforma Sanitária por meio de organizações sociais e fundações privadas; e o projeto da Reforma Sanitária, que defende o sistema público de saúde tal como foi concebido pelo Movimento.

Diante de uma conjuntura tão desfavorável para os trabalhadores, com evidente agudização das contradições de classes, as esperadas respostas organizadas dos de baixo foram neutralizadas por estratégias de cooptação e apassivamento utilizadas pelos principais executores do pacto de classes no Brasil,

ou seja, os outrora representantes dos trabalhadores e, até 2016, ocupantes do primeiro e segundo escalão do aparelho estatal, e o grande empresariado.

Iasi (2012, p. 288) classifica o comportamento político da classe trabalhadora como uma síntese de fatores subjetivos e objetivos, relacionado a “*uma estratégia determinante em um certo período histórico (...)*”. Neste caso, a estratégia levada a cabo pelo Partido dos Trabalhadores foi o Projeto Democrático e Popular, que em sua experiência concreta ficou completamente distante do que foi formulado por Florestan Fernandes (1975).

Ademais, o pacto social levado a cabo pelas gestões capitaneadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores criou condições para o maior atrelamento do sindicalismo ao Estado, configurando o que Ricardo Antunes (2015) chama de sindicalismo negocial de estado (2015). Neste período, CUT e Força Sindical se aproximaram ao se posicionarem, ambas, como linha auxiliar do governo federal defendendo ações negociadas em detrimento da mobilização das bases para enfrentar a perda de direitos (ANTUNES e SILVA, 2015, p. 523).

Nessa lógica, Mattos (2009) utiliza o termo “*participacionismo*” para definir o abandono da perspectiva classista pela CUT e a conseqüente adesão aos espaços de negociação propostos pelos governos neoliberais a partir da década de noventa. O autor cita como exemplos a integração da Central aos conselhos tripartites de administração de fundos e políticas públicas, às câmaras setoriais, entre 1991 e 1994, formadas juntamente com governo e empresários, e a adesão ao “*acordo da previdência*” de 1996.

Contudo, é importante destacar que o Brasil experimenta hoje, principalmente desde 2014, uma instabilidade política e econômica com graves consequências para as conquistas democráticas e para a participação política da classe trabalhadora. Diferente de outros países latinoamericanos que sofreram tentativas de “assalto ao poder” como Venezuela (2002), Bolívia (2008) e Equador (2010) (BORÓN, 2016) e que contaram com amplos movimentos populares para impedir a ofensiva antidemocrática das elites dominantes, a crença na institucionalidade burguesa como via de transformação social e o apassivamento dos movimentos populares impediram o Partido dos Trabalhadores de articular uma resistência efetiva ao “golpe brando” (ibidem).

A conjuntura de ataques brutais aos direitos conquistados pelos trabalhadores expressa o quanto é insuportável para as elites dominantes do País qualquer possibilidade de crescimento político e econômico dos de baixo. Os poucos avanços democráticos das últimas décadas foram suficientes para ameaçar o status quo, o que reforça a vigência do pensamento de Florestan Fernandes de que ainda vivemos sob as rédeas de uma autocracia burguesa no Brasil.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme apresentado no projeto de qualificação da pesquisa de dissertação, a modalidade da referida investigação seria o Estudo de Caso, o qual previa diferentes técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observação participante e análise documental. Todavia, a proposta original da pesquisa foi vetada pela direção do Hospital Sanatório Partenon, o que alterou o delineamento original, uma vez que não seria mais possível acessar documentos institucionais, tampouco realizar a observação participante em atividades realizadas dentro da instituição. A direção justificou o veto alegando possíveis prejuízos junto à gestão da Secretaria Estadual da Saúde do RS devido ao conteúdo considerado político da pesquisa.

Após a não aceitação do projeto de pesquisa original pelo Departamento de Ensino e Pesquisa do serviço hospitalar, foi realizada a reestruturação do projeto, de forma a desvincular a pesquisa da instituição. Diante disso, a mestranda teve que alterar os objetivos e delineamento do estudo, garantindo que o tema de investigação “participação política de trabalhadores da saúde no contexto da contrarreforma do Estado” fosse mantido. A pesquisa de dissertação foi então reestruturada e operacionalizada através de um estudo de campo, qualitativo e do tipo exploratório.

A pesquisa de campo caracteriza-se pela busca da informação diretamente no cenário onde ela é gerada. Para Gonsalves (2001) na pesquisa de campo

o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre - ou ocorreu - e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (p. 67).

Esse procedimento é muito utilizado por pesquisas de caráter exploratório. De acordo com Gil (2016) a pesquisa exploratória visa “*proporcionar maior familiaridade com o problema*” (p. 27), o que vai ao encontro do meu interesse como pesquisadora, já que trata-se de um fenômeno localizado, ou seja, refere-se exclusivamente aos trabalhadores do Hospital Sanatório Partenon.

A seleção dos participantes da pesquisa ocorreu por amostragem, não probabilística, utilizando a técnica denominada “bola de neve”, por meio da qual cada entrevistado indicou o próximo, baseado em, no mínimo, um dos seguintes critérios:

participação em atividades sindicais, greves e paralisações; e capacidade de mobilização de colegas para estas atividades.

Bola de Neve trata-se de um tipo de amostragem não probabilística que utiliza “cadeias de referência” (Vinuto, 2014, p. 203). O encerramento da coleta de dados se dá com base no critério de ponto de saturação. Optou-se por esta técnica de seleção de amostra para reduzir o risco de vieses, uma vez que a pesquisadora convive no cotidiano de trabalho com os servidores da instituição e a amostra intencional poderia levá-la a selecionar uma amostra “homogênea”, ou seja, de servidores com características muito semelhantes.

Além disso, esse tipo de amostragem é eficaz quando a pesquisa está relacionada a uma “população relativamente pequena de pessoas, que possivelmente estejam em constante contato umas com as outras” (p. 207), facilitando a construção de uma amostragem representativa.

As questões norteadoras e os objetivos da pesquisa foram elaborados com o intuito de conhecer os fatores que influenciam a participação política desses trabalhadores.

Quadro 2 - Objetivos e questões norteadoras da pesquisa.

OBJETIVO GERAL	QUESTÕES NORTEADORAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Compreender os fatores que influenciam a participação política dos servidores de um hospital público estadual especializado.	1. Quais foram as principais perdas e principais conquistas dos servidores públicos estaduais?	Examinar os principais motivadores para o engajamento político desses servidores.
	2. A participação política dos servidores públicos estaduais influencia as decisões do governo?	
	3. Por que o servidor público estadual participa das lutas contra a perda de direitos?	
	4. Quais as principais vantagens e dificuldades identificadas no processo de participação política e de que forma elas repercutem no cotidiano de trabalho?	Conhecer a repercussão da participação política dos servidores nas relações interpessoais no cotidiano de trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

As questões norteadoras 1 e 2 foram elaboradas com base em critérios pré-estabelecidos pela pesquisadora com base no entendimento de que, primeiro, perdas e conquistas são fatores que mobilizam as pessoas para defender o que já se conquistou ou para alcançar novas conquistas. Segundo, a crença no potencial de

influência do movimento organizado sobre as decisões do governo é fator determinante para a participação, pois infere-se que quem não acredita na capacidade do movimento não sente-se motivado a participar.

A questão norteadora 3 teve o intuito de conhecer as motivações genuínas dos participantes da pesquisa para a participação política. Por fim, a questão norteadora 4 buscou conhecer a repercussão dessa participação nas relações interpessoais no trabalho.

Os participantes da pesquisa foram 14 servidores públicos estaduais estáveis, lotados em um hospital público estadual especializado, sendo seis destes detentores de cargo que exige nível superior de escolaridade e, oito, detentores de cargo que exige nível médio de escolaridade, e um servidor público estadual liberado para exercício de mandato classista. A amostra foi composta por sujeitos com maior participação em assembleias locais de servidores, em reuniões locais de mobilização e em atos públicos – greve, paralisações, panfletagens, indicados, inicialmente, pelos informantes-chave da amostragem do tipo bola de neve.

Foram excluídos da pesquisa os trabalhadores terceirizados, vinculados aos setores de vigilância, manutenção, higienização e cozinha, além de estagiários, residentes, voluntários e pessoas contratadas por cargo comissionado. Este critério foi estabelecido devido às profundas diferenças existentes nas relações e condições de trabalho entre servidores estáveis e demais trabalhadores, o que incide diretamente na participação organizada.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndices I e II) com 14 servidores públicos estaduais, que participam de forma orgânica do movimento dos servidores públicos estaduais e um destacado sindicalista da categoria da qual fazem parte os servidores do Hospital Sanatório Partenon, totalizando 15 participantes. Os principais tópicos abordados nas entrevistas foram: principais perdas e conquistas na condição de servidor público, relação do movimento organizado dos servidores estaduais com o governo estadual; motivações para a participação política e repercussão da participação nas relações interpessoais no trabalho. A entrevista semiestruturada caracteriza-se pela liberdade dada ao entrevistado para responder as questões da pesquisa, através de um tópico guia, ou seja, um roteiro, não rígido, de perguntas previamente formuladas pelo pesquisador,

a fim de apreender e identificar características essenciais sobre o fenômeno investigado (YIN, 2015)

As entrevistas com os servidores do hospital foram realizadas no pátio externo da instituição, fora do horário de trabalho dos participantes da pesquisa. Observa-se que um dos participantes solicitou que as perguntas formuladas para a entrevista fossem preenchidas por ele de forma descritiva, e não em forma de entrevista. O formulário foi entregue ao participante e devolvido duas horas depois à pesquisadora e, por fim, a entrevista com o sindicalista foi realizada na sede do Conselho Estadual de Saúde do RS.

Optou-se por selecionar duas servidoras com diferentes níveis de escolaridade - médio e superior – na condição de informantes-chave (VINUTO, 2014) com o intuito de facilitar uma composição heterogênea da amostra, as quais exercem uma importante influência sobre os demais servidores no que tange a participação no movimento dos servidores estaduais. São mulheres que dirigem reuniões e assembleias e trabalham intensamente para mobilizar os colegas para as atividades relacionadas a defesa de direitos da categoria.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Somente um entrevistado optou pela não utilização do gravador e respondeu às perguntas em forma descritiva.

Quadro 3 - Operacionalização da coleta de dados, com identificação dos participantes, por forma de acesso, evidências de busca e instrumento de coleta dos dados.

Fonte de coleta de dados	Forma de acesso	Evidências buscadas	Instrumento de coleta de dados
Participante sindicalista	Mediante contato telefônico e TCLE	Alterações provocadas pela contrarreforma do Estado nos direitos dos servidores públicos estaduais; Participação política dos servidores públicos estaduais no período da contrarreforma do Estado	Entrevista semiestruturada
Participantes servidores estatutários do HSP	Mediante contato pessoal e TCLE	Participação política dos trabalhadores do HSP no período da contrarreforma do estado (ênfase 2015-2016)	Entrevista semiestruturada Questionário

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A análise e interpretação dos dados seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016), quais sejam: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

De acordo com a autora, a pré-análise tem como objetivo a organização do material coletado. Porém não se trata de uma organização sistemática, mas sim “*composta por atividades não estruturadas*” (p. 126). Compõem a pré-análise

a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (p. 125).

Inicialmente foi realizada a leitura flutuante das entrevistas transcritas, “*deixando-se invadir por impressões e orientações*” (p. 126). Através deste procedimento serão escolhidos os documentos “*suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado*” (126) conforme orientações da pré-análise descritas por Bardin.

A exploração do material consiste basicamente em operações de codificação, decomposição ou enumeração do material selecionado. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação consistiram na proposição de inferências e interpretações relacionadas aos objetivos traçados ou a descobertas não planejadas.

A pesquisa será apresentada aos trabalhadores participantes e demais trabalhadores interessados, sindicalistas e militantes em defesa da saúde pública. Para tanto, será proposto a realização de um seminário sobre o movimento político dos servidores públicos estaduais do RS no qual serão apresentados os resultados da pesquisa.

Para o corpo docente e discente do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social e colegas acadêmicos interessados, os resultados da pesquisa serão mostrados através de banca examinadora da dissertação com o objetivo de obtenção do título de mestre. Por fim, a pesquisa será difundida por meio de artigos acadêmicos e participação em congressos e seminários científicos.

A pesquisa foi submetida à Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A execução do projeto iniciou após a aprovação nesta instância. Os participantes da pesquisa foram convidados por meio de convite pessoal e sua adesão foi voluntária, formalizada com a assinatura do Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE III). A confidencialidade e a privacidade dos participantes serão protegidas pela pesquisadora. Os nomes dos participantes foram modificados para fins de exposição em documentos públicos resultantes da pesquisa, tais como artigos, relatórios e dissertação.

4. RESULTADOS

4.1 MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

4.1.1 Sonho realizado? Perdas e conquistas dos servidores públicos estaduais no período de avanço e consolidação do neoliberalismo no Brasil

Ocupar um cargo público é o sonho de muitos brasileiros. Apesar de sofrer as consequências da precarização do trabalho como qualquer assalariado, o servidor público estatal ainda conta com estabilidade, maior liberdade sindical, remuneração acima da média em relação a trabalhadores do setor privado, dentre outras vantagens. Buscou-se, por meio desta pesquisa, conhecer as principais perdas e conquistas dos entrevistados, na sua condição de servidor público, desde o ingresso no serviço público estadual, uma vez que perdas e conquistas são fatores que motivam a participação política. O quadro abaixo resume as respostas dos participantes.

Quadro 4 - Distribuição dos participantes, com nomes fictícios, por ano de ingresso no serviço público, principais perdas e principais conquistas, segundo a visão do entrevistado (continua)

Participante	Ano de ingresso no serviço público estadual	Principais perdas na condição de servidor público estadual	Principais conquistas na condição de servidor público estadual
Ceres	1977	Não teve perdas	Realização pessoal
Cândida	1999	Não teve perdas	Autonomia no processo de trabalho; prática profissional mais humana
Camilo	2001	Práticas ilícitas de governantes; violência do Estado contra servidores que lutam por direitos	Reposições salariais
Glória	1995	Precarização das condições de trabalho; politicagem que gerou desunião; perda da aposentadoria especial e de outros direitos; alteração dos avanços	Realização pessoal; Dedicção Exclusiva remunerada

Quadro 4 - Distribuição dos participantes, com nomes fictícios, por ano de ingresso no serviço público, principais perdas e principais conquistas, segundo a visão do entrevistado (conclusão)

Participante	Ano de ingresso no serviço público estadual	Principais perdas na condição de servidor público estadual	Principais conquistas na condição de servidor público estadual
Olga	1996	Discriminação por causa da escolaridade; direitos substituídos por troca de favores	Repercussão do trabalho na vida das pessoas; aquisição de conhecimentos;
Angela	2001	Parcelamento do salário e do décimo-terceiro, precarização das condições de trabalho, desvalorização do salário	Gratificação de dedicação exclusiva
Rossana	2001	Desvalorização do salário	Aprendizado por ter trabalhado em diferentes setores
Carlos	1978	Predominância da visão médico-centrada na saúde pública estadual	Trabalhar na saúde pública
Tomaz	1996	Desvalorização do servidor público no atual governo	Direitos conquistados pelo servidor público nas últimas décadas
Tábata	1982	Desvalorização do salário e do conhecimento técnico dos servidores de carreira;	Relação cotidiana com a população usuária do serviço
Paulo	1995	privatizações	Não teve conquistas
Rose	2001	retirada da creche de dentro do terreno do HSP	estabilidade
Carmem	2001	Adoecimento dos servidores e desvalorização do salário	Amigos, enquadramento do pessoal da saúde

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com a intenção de conhecer o que os servidores entendem como "perdas e conquistas", optou-se por não limitar a abrangência destes termos ao campo dos direitos da categoria, entendendo que as motivações, como mostram os resultados da pesquisa, passam também pelo campo dos afetos entre colegas de trabalho e da empatia com os usuários do serviço.

coisas boas e conquistas no serviço público a parte profissional eu tive um saldo muito grande no sentido de ver os pacientes com mais humanidade, no sentido de conhecer o que é saúde pública e também as relações humanas ficam bem mais claras quando a gente não tem muito aquela coisa obrigatória de ter que cumprir metas, de ter que fazer exatamente como está sendo

determinado, o serviço público te dá uma autonomia e de uma certa forma a gente tem que ser muito mais responsável até pra desenvolver o seu trabalho com seriedade, com respeito, e eu senti essa mudança e sempre fiz essa leitura como positivo, como crescimento pessoal e profissional (Cândida).

Os entrevistados apontaram, dentre as suas principais conquistas no serviço público, a possibilidade de recuperar a saúde das pessoas e o tratamento humanizado à população que a condição de servidor público permite, uma vez que, na instituição onde trabalham, não estão sujeitos à lógica produtivista que caracteriza os serviços privados de saúde, ou, à lógica gerencialista, incorporada por serviços de saúde públicos não-estatais, como no caso daqueles geridos por organizações sociais ou por fundações públicas de direito privado. A convivência diária com pessoas em situação de vulnerabilidade social, característica da população usuária do serviço de internação do hospital, foi citada como conquista com mais freqüência pelos entrevistados do que os direitos conquistados pela categoria.

O HSP é um hospital público, estatal, sob ameaça de encerramento de suas atividades há várias gestões estaduais. Os sucessivos governos estaduais têm mantido a sobrevivência da instituição, porém, sem investimentos importantes para modernização e ampliação da sua capacidade de atendimento. Dessa forma, “longe” do olhar dos governantes, os trabalhadores desse hospital conseguem, contraditoriamente, desenvolver seu processo de trabalho com certa autonomia, ainda que com recursos escassos.

A recorrência de expressões como “*ajudar a recuperar a saúde também desse paciente*” e “*ver os pacientes com mais humanidade*”, para referirem-se a conquistas, e “*me vejo lutando por pessoas que não conseguem lutar*” e “*eu faço isso pelo nosso usuário*”, nas falas dos participantes da pesquisa, denota a presença de um sentimento, possivelmente, humanista desses trabalhadores públicos.

Minayo (2004) aponta a contribuição do pensamento humanista, “*seja em seus aspectos de personalismo cristão, seja de existencialismo laico*” para a humanização do setor saúde. Para a cientista, essa contribuição se dá no reconhecimento da humanidade do outro, “*da sua capacidade de pensar, interagir*”, na superação das teorias mecanicistas que “*tratam o doente como um corpo e um corpo como um dispositivo bioquímico e funcional*” e, também, na superação de esquemas funcionalistas traçados para implantar processos de humanização dos serviços.

No sentido existencialista esse projeto só 'é' se está em ação, envolvendo os vários sujeitos, nos quais se acredita e dos quais se leva em conta sua 'verdade' em ação' (MINAYO, 2004, p. 19).

Mesmo que na instituição onde trabalham a Política Nacional de Humanização não tenha sido formalmente implementada, observa-se, com base nas entrevistas, que a relação entre trabalhadores e população usuária do serviço mantêm-se, de certa forma, preservada, apesar do aprofundamento da precarização do trabalho na saúde.

A fala do entrevistado Carlos sugere um sentimento de pertencimento a uma coletividade – no caso, o conjunto de trabalhadores em saúde – o qual ele identifica como primeira conquista em sua condição de trabalhador da saúde pública. O ano de ingresso no serviço público estadual desse trabalhador foi 1978, período de ascensão das lutas sociais no Brasil, dentre elas o movimento sanitarista.

começando pelas conquistas, eu acho que a primeira se pode falar assim, foi a possibilidade que esta condição de trabalhar em um hospital público, me deu de pertencer a um conjunto de trabalhadores em saúde, dedicados a saúde, que naquela ocasião se conhecia por saúde pública, com a possibilidade então de intervir, de tratar uma população vulnerável, uma população desprotegida, e que já naquela ocasião era submetida a determinantes sociais perversos, que faziam com que ela chegasse em uma condição clínica muito ruim, uma condição de saúde muito ruim, muitas vezes graves. (Carlos)

Nesse ano, também, houve a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, realizada em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, marco histórico para a consolidação da Atenção Primária em Saúde. Ou seja, nas décadas de 1970 e 1980 a luta política por uma saúde pública universal e de qualidade forjou trabalhadores comprometidos com a democracia e com os interesses históricos da classe trabalhadora. Em síntese, o contexto histórico em que parte dos participantes da pesquisa ingressou no serviço público estadual favorecia a aproximação e a empatia com a população usuária dos serviços públicos de saúde.

O servidor público estatal está em forte decréscimo em seu número. A partir de 1995, com a Reforma do Estado idealizada por Bresser-Pereira, ocorre a expansão das organizações sociais na prestação de serviços não exclusivos do Estado, dentre estes os serviços de saúde (RIBEIRO; MANCEBO, 2013). No lugar de servidores estatutários contratam-se trabalhadores por meio do regime celetista. Os processos de trabalho são regidos por uma lógica empresarial, baseada na racionalização máxima dos gastos, no cumprimento de metas, otimização do tempo, dentre outros

princípios da doutrina gerencialista. A perda da estabilidade reduz a autonomia desses trabalhadores, o que dificulta sobremaneira vivências mais autônomas nos processos de trabalho, como as descritas acima pelos entrevistados dessa pesquisa.

A construção do vínculo terapêutico entre profissionais de saúde e usuários dos serviços comumente tem como cenário a Estratégia de Saúde da Família, uma vez que a atenção primária em saúde, por ter premissas tais como territorialidade e a longitudinalidade do cuidado, facilita esse processo, diferente dos serviços de alta complexidade. No entanto, os servidores participantes dessa pesquisa trabalham em uma instituição onde o tratamento dos usuários pode durar até dois anos, tempo suficiente para conhecer trajetórias de vida, suas redes de apoio e os determinantes sociais que perpassam o processo saúde-doença das pessoas com tuberculose.

De acordo com Ilha et al, para construir o vínculo o profissional da equipe de saúde da família

tem de demonstrar conhecimento sobre fatores sociais, econômicos e políticos e se dedicar, efetivamente, à comunidade em que trabalha (...) (2014, p. 559).

Portanto, infere-se que algumas características da internação para tratamento de tuberculose facilitam a relação profissional-usuário, tais como: convivência por longo período, determinação social da tuberculose, interação com redes de apoio dos usuários, interlocução com outras políticas sociais, entre outros fatores.

No campo dos direitos conquistados na condição de servidor público, os participantes da pesquisa apontaram como principais conquistas a Promoção, a Dedicção Exclusiva e as eventuais valorizações salariais, conquistas que, de acordo com alguns depoimentos, atendem à expectativa das pessoas que almejam a estabilidade e o aumento da renda quando ingressam no serviço público. De acordo com a participante Angela, a expectativa de melhoria das condições de vida por meio do ingresso no serviço público vem sendo minada pela retirada de direitos dos trabalhadores.

Então, assim como a gente conquistou a DE [dedicação exclusiva], que a gente melhorou uma letra, uns anos atrás aí, isso aí também era uma dificuldade né, do sonho de chegar lá, eu estou com 17 anos de Estado, mas eu juntei mais uns 12 que eu tinha, quer dizer que eu já estou com quase beirando os 30 praticamente, de contribuição, sonhar com uma aposentadoria, com um pouquinho mais de proventos né, mas dessa forma não sei né, acho que nem

aposentadoria a gente vai conseguir, a gente vai se arrastar até morrer. (Angela).

Porém, ficou evidenciado nesta pesquisa as profundas diferenças ainda existente entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade. Na categoria de servidores estaduais da saúde há uma disparidade grande entre o salário dos cargos de nível superior de escolaridade e os de nível médio e fundamental. De acordo com o sindicalista entrevistado para esta pesquisa, Tenório, isso acontece em função da fragmentação da categoria em mais de cinquenta quadros diferentes de servidores. Na Saúde, por exemplo, trabalham pessoas do quadro da saúde, quadro geral, quadro técnico-científico, dentre outros. Essa divisão prejudica a luta unitária da categoria por melhores remunerações e dá condições para que grupos de diferentes quadros disputem concessões dos governos.

É uma visão política do Estado de diversificação, diferenciação, entre as pessoas. Por que nós temos hoje no RS 51 quadros? E muitos, no último período, começou com a Yeda, e depois no governo Tarso se aprofundou, e no governo Sartori aprofundou mais ainda, (...) começou a diferenciação dentro do cargo. Antes era diferenciação entre quadros. No governo Tarso e no governo Yeda aprofundou a gratificação por local de trabalho. Então isso fragmentou muito mais do que já era fragmentado. (Tenório, sindicalista)

Nesse sentido, os servidores entrevistados com nível superior de escolaridade referiram melhora de suas condições de vida após o ingresso no serviço público, ao passo que os servidores com nível fundamental e médio de escolaridade relataram a péssima remuneração, o que pode ser verificado na fala de duas entrevistadas. A entrevistada Olga relata a péssima remuneração dos servidores ocupantes de cargos de nível médio ou fundamental:

Financeiramente, no serviço público, infelizmente, sempre fui muito mal remunerada, eu lembro que, na época, nosso básico, salário básico, era um salário mínimo de 500, e era 300 reais. E aí as reivindicações sempre eram negadas porque sempre se tem essa visão de que quanto menos estudo menos merece ganhar, isso é muito forte no serviço público. (Olga, servidora com nível médio de escolaridade).

Contudo, para a entrevistada Célia, as reivindicações históricas dos servidores estaduais renderam resultados:

Em relação a perdas e conquistas, eu acho que a gente, os servidores, eu tive conquistas na questão salarial, na valorização através de lutas que nós tivemos, mobilizações, enfim, mas de governos que reconhecem o valor do servidor e do serviço público...// então só no sanatório partenon, eu acho que a gente teve essas conquistas, da valorização, do salário, de ser reconhecido. (Célia, servidora com nível superior de escolaridade).

Tenório acrescenta outra razão para o abismo entre as remunerações entre níveis superior, médio e fundamental. Para o sindicalista, essa diferença entre salários sempre foi grande e deve-se, em parte, à extinção de boa parte dos cargos.

As faixas iniciais do serviço público já estão fora do serviço público, já são cargos extintos. Ou seja, não vai ter como recompor isto. Eu não posso pensar hoje em fazer um concurso pra uma pessoa semi-analfabeta. E tu tinha muita gente que o grau de exigência era primeiro grau incompleto. (Tenório)

O sindicalista também cita a falta de ascensão funcional como fator determinante para a estagnação de parte dos servidores.

A segunda questão [para a diferenciação salarial] é que nunca se conseguiu fazer a ascensão funcional. Por que se tu consegue fazer a ascensão funcional, tu resolve esse problema. Por que se manteve, muitas vezes, o nível médio congelado? Porque aí tu tem muita gente que é nível médio no cargo, mas tem a titulação de nível superior e trabalha em desvio de função. E ele prefere trabalhar em desvio de função do que fazer as funções do seu cargo. O desvio de função é uma forma de barateamento do custo com os servidores. (Tenório)

Segundo Nogueira (2005) é uma estratégia da burocracia do estado capitalista incentivar a fragmentação dos servidores públicos.

Isto é possível devido às diferenciações internas entre as categorias do setor público, em termos de cargos e salários, condições de trabalho e, sobretudo, posição de poder e autoridade, status e prestígio (idem, p. 8).

Um exemplo dessa fragmentação é a existência de dois sindicatos fortes na base dos servidores da saúde do Estado, sendo que um deles representa somente os servidores com nível superior de escolaridade.

Morosini (2016) atribui à precarização do trabalho no setor saúde, por exemplo, o aprofundamento da desigualdade entre trabalhadores com nível superior de escolaridade e trabalhadores com nível médio, a qual se expressa

nas diferenças salariais (...), no perfil de suas atribuições e nas posições que ocupam na organização hierárquica do processo de trabalho, notadamente desfavoráveis aos trabalhadores de nível médio (idem, p. 6, grifos da autora).

Os direitos do servidor público se materializaram, fundamentalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, junto com avanços para o conjunto da classe trabalhadora. Para o sindicalista entrevistado, a maior conquista dos servidores públicos na CF de 1988 foi a criação do Regime Jurídico Único dos servidores públicos.

No Estado de bem-estar social tardio, que o campo político democrático tentou desenvolver com a redemocratização do País, havia lugar para o servidor público estatal, o que, logo, passou a ser duramente atacado pelos porta-vozes do neoliberalismo e reproduzido pela mídia hegemônica, ajudando a popularizar o mito do servidor público que não gosta de trabalhar.

Para Ribeiro e Mancebo (2012) o servidor público estatal é discriminado por *“destoar do ritmo acelerado e frenético das organizações de trabalho calcadas no padrão de acumulação flexível”* (p. 205), tornando-se, assim, *“uma categoria em extinção, sem lugar na sociedade contemporânea”*.

Em função da importância dada pelos participantes da pesquisa à imagem socialmente difundida do servidor público, considerada por eles injusta e apontada como um fator de estímulo à participação política, o tema foi incluído nos resultados desse estudo.

4.1.2. O servidor público no imaginário popular

A imagem comumente difundida do servidor público é, também, um dos fatores que motivam a participação política desses trabalhadores. Esta questão apareceu em quase todas as entrevistas, ainda que não como resposta a uma pergunta específica. Observou-se que o estigma do servidor público que não gosta de trabalhar é profundamente ofensivo a essas pessoas, o que provoca uma reação no sentido de mostrar à sociedade – principalmente à população usuária dos serviços públicos e à grande imprensa – que a maioria dos servidores públicos são comprometidos com a prestação de um serviço de qualidade. A imagem do servidor público que não gosta

de trabalhar é, muitas vezes, difundida pelo próprio gestor, como relata uma entrevistada:

e acho que isso modificou um pouco alguns anos, mas que agora a gente está sofrendo novamente, o descaso e o desrespeito que o atual governo presta aos servidores e ao serviço público de forma geral, tentando desqualificar, tentando fazer com que o servidor público não seja considerado trabalhador e que o serviço que nos prestamos não seja de excelência. (Célia)

Ribeiro e Mancebo (2013) identificam “*uma verdadeira campanha caracterizada por atitudes de desprezo, discriminação, descrédito e desvalorização*” (p. 199) direcionada ao serviço público, sendo um dos principais alvos do discurso depreciativo os servidores públicos. Os ataques a estes trabalhadores se intensificaram com a Reforma do Estado implementada por Fernando Henrique Cardoso: “estes [*servidores públicos*] passaram a ser responsabilizados por todas as mazelas associadas ao governo” (RIBEIRO; MANCEBO, 2013, p.200, grifos da autora).

As autoras exemplificam citando anedotas populares que reforçam o estereótipo do servidor público que não trabalha, como a imagem do servidor público que deixa o paletó sobre a cadeira e só retorna para buscá-lo no final do expediente, quando vai assinar o ponto.

Temos acompanhado o acirramento de atitudes hostis contra os servidores públicos em função da contrarreforma da previdência, incentivadas tanto por agentes governamentais, quanto pela mídia hegemônica, sob o argumento do “combate aos privilégios”. Uma parcela da população adere a este discurso sem se dar conta que os privilégios estão concentrados nas castas superiores das instituições da república. Há um esforço por parte dos trabalhadores do serviço público de mostrar sua condição de trabalhador, e não de privilegiado, conforme depreende-se da fala de uma entrevistada:

muitas vezes as pessoas não se dão conta que o serviço é prestado por trabalhadores, então quando se fala em funcionário público, sempre se tem a ideia de que são pessoas que não trabalham, que não fazem nada, que só ganham dinheiro (Célia)

Nogueira (2005) defende que a falta de publicização de informações relacionadas ao Estado e ao Público durante os governos militares contribuiu para o desconhecimento da população sobre a administração pública. Com a democratização política, o domínio das informações concentrou-se com a grande imprensa,

que, ao seu modo, revelam e em grande parte obscurecem as questões mais importantes que envolvem os trabalhadores públicos, seus movimentos e suas formas de organização (p. 176).

Os participantes da pesquisa, portanto, sentem necessidade de mostrar para a sociedade que, além de serem trabalhadores, prestam um serviço de relevância social.

quanto mais mostrarem resistência, mais deve ser a nossa luta né, em prol do nossos direitos, em prol até mesmo da população, tentando passar para população, os eleitores, que realmente o que a gente está lutando é uma coisa justa, não é simplesmente falta de vontade de trabalhar (Camilo)

Infere-se, portanto, que os trabalhadores mais engajados politicamente na defesa de seus direitos e da saúde pública têm uma acentuada preocupação com a qualidade do trabalho prestado à população usuária do serviço, o que vai de encontro às críticas proferidas por gestores públicos e difundidas pela imprensa de que os servidores são corporativistas, preocupam-se apenas com seus interesses imediatos e prestam um atendimento pouco qualificado.

4.1.3 Manifestações da precarização do trabalho como principais perdas pelo trabalhador do setor público

Com relação às perdas, os entrevistados relataram a perda do poder de compra do salário, perda da aposentadoria especial e de outras vantagens, desvalorização dos servidores por parte dos governantes e sucateamento da instituição. Além disso, os servidores consideram como uma perda os períodos em que a gestão do hospital

foi realizada por pessoas, segundo eles, pouco qualificadas para esta função e estranhas ao quadro de servidores estáveis da instituição.

A análise do conteúdo das entrevistas encontrou a “precarização do trabalho” como categoria capaz de sintetizar o conjunto das perdas referidas pelos entrevistados e, mais especificamente, a “precarização do trabalho na saúde pública estatal”.

Segundo Morosini (2016), a precarização no setor saúde tem se manifestado de diversas formas.

Entretanto, sua face mais destacada marca modalidades irregulares de contratação a ponto de ter-se criado uma equivalência entre as ideias de ‘precarização’ e ‘vínculo irregular’ (p. 5).

Na impossibilidade de acabar imediatamente com a estabilidade dos servidores públicos estatais, caso dos participantes desta pesquisa, as dimensões da precarização que se consolidam no cenário da pesquisa são a deterioração das condições de trabalho e a desvalorização salarial, como se pode observar no relato de duas servidoras:

Se for colocar na balança, praticamente nós só tivemos perdas, fora o meu lado pessoal de trabalho, eu estive situações lindas nesse decorrer de trajetória, atendendo pacientes, mas é difícil, nossa vida é muito difícil, pela precarização geral, do nosso trabalho, das instituições que a gente tenta manter, é bem complicado. (Glória)

Neste relato se pode observar, conforme já descrito, como muitos servidores da instituição conseguem proteger a relação profissional-usuário, apesar da deterioração das condições de trabalho. Glória diz que os servidores do hospital só tiveram perdas, “fora” situações prazerosas como, por exemplo na assistência aos usuários do SUS.

Perdas, perdas assim, como servidora, naquela época, eu não sentia tantas perdas, que isso foi em 1982, porque naquela época tinha até um salário do servidor do executivo, ele era mais prestigiado, não era isso que está hoje, então naquela época a gente tinha um salário melhor. (Tábata)

O relato de Tábata exemplifica o processo de proletarização vivido pelos servidores públicos a partir da crise do Estado desenvolvimentista intensificado na década de 1980 (ALVES e PALMELA, 2011).

A tendência à queda das taxas de lucro vem fazendo o grande empresariado explorar cada vez mais o setor saúde. A drenagem de recursos do setor público-estatal está sendo canalizada para as parcerias público-privadas, organizações sociais e outras formas de terceirização.

Assim, tem-se a transferência de recursos públicos para o mercado da saúde e o estímulo aos trabalhadores à adesão aos planos privados de saúde, por meio dos quais, segundo o discurso empresarial, aqueles que podem pagar terão acesso a recursos diagnósticos mais modernos, em contraposição aos obsoletos serviços estatais, que desperdiçam dinheiro público com excedente de funcionários, prestando péssimo atendimento à população. Para Ribeiro e Mancebo (2013, p. 195)

O serviço público é considerado ineficiente e muito oneroso, e, em função disso, precisa enfrentar todo um processo de reestruturação. A lógica da fábrica magra se estende aos órgãos públicos, influenciando de maneira decisiva as políticas, as estruturas e a cultura das organizações estatais.

A precarização na assistência hospitalar estatal se dá pelo abandono, pelo definhamento, ao passo que a precarização na saúde pública não-estatal se expressa, principalmente, pela imposição da lógica produtivista típica do setor empresarial, gerando simplificação dos processos de trabalho, estímulo à competição e à desconfiança, “*em detrimento da solidariedade entre os trabalhadores e da construção de projetos coletivos que promovam a autonomia*” (RIBEIRO; MANCEBO, 2013, p.6).

No relato da entrevistada Angela fica clara a relação entre a precarização do serviço e a degradação das condições de vida dos trabalhadores:

a gente está vendo os setores que aqui na internação está mínima, a internação está bem baixa, em vista de quando eu entrei aqui, as vacinas já não tem mais nada, quando eu entrei aqui as vacinas funcionavam de segunda a segunda, nem isso não tem mais, quer dizer que tu sente, que está assim ó, destruindo mesmo e sem querer saber se vai doer no povo, vai doer no trabalhador, ele não quer saber, entendeu? Ele vai tirar tudo de nós, nós vamos virar o que? Escravos? Sem direito a nada, só pelo contrário, pelo menos antigamente ganhava um prato de comida, eu não sei nem isso nós vamos ter direito, é triste né, é triste. (Angela)

A crise da onda longa expansiva do capitalismo ocorrida a partir do final da década de 1960 impôs inúmeras transformações nas relações e condições de

trabalho, identificadas como reestruturação produtiva, o que atingiu, inclusive, o serviço público. Para Alves (2009)

A base objetiva da precarização do trabalho se caracteriza pela intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa. (p. 189).

Os governos das economias centrais do capitalismo passam a atacar duramente o modelo econômico predominante no pós-guerras e a culpar o estado de bem-estar social pela crise econômica, ganhando força as ideais neoliberais. Um exemplo clássico das transformações no mundo do trabalho nesse período foi a Inglaterra.

No Brasil, a década de 1990 marca, historicamente, o avanço das reformas neoliberais sobre o mundo do trabalho, expressado na reestruturação industrial, no aumento da informalidade, na eliminação definitiva de postos de trabalho e, conseqüentemente, na perda de força das organizações representativas da classe trabalhadora. No serviço público, a precarização será sentida pelos servidores e pela população usuária das políticas sociais principalmente a partir de 1995, com a Reforma do Estado levada a cabo no governo de FHC.

Um dos principais alvos da Reforma foi o Regime Jurídico Único, instaurado com a CF de 1988, que estabelece um regime próprio de carreira para os servidores públicos. A Emenda Constitucional 19/1998 modifica profundamente o ordenamento jurídico da administração pública, atingindo frontalmente os interesses dos servidores públicos.

De acordo com Tenório, a principal causa da precarização das condições e relações de trabalho no serviço público estadual é o “*sucateamento da receita*” do Estado gaúcho:

As receitas do Estado estão sucateadas. São pouco mais de 30 bilhões em receitas. 15 bilhões em benefícios fiscais. Uma sonogação em torno de 7 bilhões de reais, e uma dívida ativa de mais ou menos 40 bilhões de reais. Então tu sucateia a receita e, ao sucatear a receita, tu necessita reduzir o gasto público. Onde é que tu pode reduzir? No funcionalismo. Como tu tem algumas castas, como a Fazenda, a Procuradoria, o Tribunal de Contas, Ministério Público e Assembleia Legislativa, o restante tu tem que botar lá embaixo. Tu tem que congelar a segurança, tu tem que congelar a educação, tu tem que congelar a saúde e as demais secretarias. E então tu tem uma grande

diferenciação entre os próprios servidores. Isso tudo cria uma guerra interna e, ao fazer essa guerra interna, tu não consegue ter unidade pra fazer o enfrentamento. (Tenório)

Essa “*guerra interna entre os servidores*”, como constata Tenório, foi, sem dúvida, o principal fator de desagregação do Movimento Unificado dos Servidores, movimento formado por mais de quarenta entidades representativas dos servidores públicos estaduais logo no início do governo Sartori, quando ele anunciou as primeiras medidas que afetariam os servidores públicos.

De acordo com Alves (2011), os principais fatores que reforçam a fragmentação corporativa dos trabalhadores públicos decorrem da estrutura sindical brasileira, facilitadora da criação desmedida de sindicatos, “*em sua maioria pouco expressivos e com exígua capacidade de barganha*” (p. 47). Para o autor,

é uma estrutura sindical verticalizada, com imensas dificuldades de articular, numa perspectiva horizontal mais ampla, a organização (e a resistência) da classe, permanecendo vinculada à categoria assalariada. Sob o novo complexo de reestruturação produtiva, que tende a fragmentar os coletivos de trabalho, o padrão de organização vertical encontra sérias dificuldades para instaurar a nova resistência da classe à ofensiva do capital na produção. (p. 48).

A caracterização da estrutura sindical brasileira descrita por Alves pode ser observada no processo de organização da resistência dos servidores públicos estaduais. A prioridade do MUS foi a pressão nos deputados estaduais para a rejeição dos projetos prejudiciais ao funcionalismo público e ações judiciais contra o parcelamento dos salários. Além disso, observou-se a tendência de amortecer iniciativas mais beligerantes nascidas nas bases e falta de capacidade de mobilização dos trabalhadores. A Praça da Matriz, sede dos três poderes estaduais, foi aos poucos esvaziando e a ação sindical reduziu-se à ação dos dirigentes sindicais.

4.1.4 A influência da participação sobre as decisões do governo estadual

A maioria dos entrevistados acredita que o movimento organizado dos servidores influencia as decisões do governo estadual. Este tema foi abordado na entrevista com o intuito de compreender os sentimentos que movem a participação política dos

servidores. Com exceção de dois entrevistados, todos os demais afirmaram que o movimento organizado influencia as decisões do governo estadual.

eu acho que o movimento dos servidores faz o governo mudar de opinião sim, de estratégia, a gente vê claramente as estratégias sendo modificadas de acordo com o movimento, de acordo com o que está sendo encaminhado pelos servidores e eu acredito que há influência sim. (Célia).

Chama a atenção a ênfase dada pelos entrevistados a dois aspectos relacionados ao movimento: a importância da participação organizada, no sentido oposto ao espontaneísmo, e a cobertura da imprensa como indicador de êxito das manifestações.

E isso tem que ser de uma forma organizada, porque se ela for desorganizada [a manifestação pública], nós somos banidos rapidamente, nós perdemos força, a gente é varrida, cada grupo para um canto, e aí a gente não tem condições de levar adiante. (Cleonice)

Os servidores públicos são um dos alvos preferidos da grande mídia em sua defesa do Estado Mínimo e das privatizações. Ribeiro e Mancebo (2012) caracterizam como “*senso comum*” o discurso midiático depreciativo em relação ao servidor público.

A mídia incansavelmente vende a ideia de um funcionário público privilegiado por trabalhar pouco e ganhar muito, e, acima de tudo, por desfrutar do direito à estabilidade no emprego em tempos de trabalho provisório (p. 205).

Os trabalhadores do setor público sabem que são alvo dos ataques da imprensa e, por esta razão, creem que, de alguma forma, podem fazer o contraponto ao discurso dominante, conforme revela o entrevistado Camilo:

quando a gente consegue realmente por muita gente na rua, fazer o movimento aparecer publicamente, e que exista uma forma que a mídia não consiga mais abafar, porque a mídia também ela joga contra, então ela abafa muito o movimento do trabalhador, então isso dificulta muitíssimo, acho que só quando a gente põe a gente na rua, bastante gente na rua, e consegue superar tudo isso, a gente consegue mexer nas estruturas, a gente consegue balançar (Tábata)

Para Ribeiro e Mancebo (2013),

não é lucrativa para o capitalismo flexível a perpetuação de categorias profissionais como a dos servidores públicos – detentora de direitos trabalhistas, ainda que poucos (p. 205).

Nesse sentido, o servidor público estável não se enquadra nas exigências impostas pela doutrina gerencialista, hegemônica no serviço público contemporâneo, tendo sua imagem vinculada ao ultrapassado, ao burocrático.

As manifestações realizadas pelos servidores do hospital tiveram grande repercussão na imprensa local, tanto em veículos de grande penetração de massas, como Jornal Zero Hora, Jornal Correio do Povo e telejornais das principais emissoras do Estado, quanto na imprensa alternativa, ligada aos sindicatos.

A maioria dos entrevistados ressalta a importância do aspecto quantitativo nas manifestações, ressentindo-se pela pouca participação do conjunto dos servidores públicos estaduais nas mobilizações contra a retirada de direitos.

Eu acho que ela (participação dos servidores) influencia totalmente e a coisa poderia estar muito pior se não houvesse essa mobilização, por mais fraca que seja, se tu for avaliar de todo o funcionalismo do estado, se houvesse uma união de todas as categorias, de todas as secretarias, a nossa força seria muito maior. (Cândida)

Apesar do amplo entendimento de que o movimento influencia as decisões do governo, os entrevistados não exemplificam essa influência. Infere-se que, talvez, a crença na resolutividade da participação política dos servidores seja mais uma convicção do que uma constatação.

A partir da leitura de Gohn (2017), é possível inferir que os servidores estaduais da saúde que foram vanguarda na resistência a retirada de direitos no período de 2015 e 2016 estivessem inspirados pelos acontecimentos políticos nacionais, em que grandes manifestações populares, ainda que dirigidas por grupos de matizes neoliberal e neoconservador, exerceram influência importante para o impeachment da presidente Dilma.

o que eu posso dizer é que ultimamente nossa luta é constante, lutamos bastante, vamos para as ruas, devido ao governo de estado ser do mesmo partido do Presidente da República, então ele se opõe mais ao funcionário né, tendo cada vez intimidado mais, coisas que para gente isso não vale a pena, a gente não vai recuar. Pelo meu entendimento esse governo se mostra muito poderoso em relação aos seus eleitores, a população do RS, a população brasileira em geral, em outros países a gente sabe que o povo tem poder para derrubar um governo, hoje em dia está muito monopolizado lá em cima, está

bem difícil a questão do povo alcançar alguma vitória, mas isso não quer dizer que a gente tenha que recuar. (Camilo)

A pouca permeabilidade do governo estadual do RS às demandas dos servidores pode ser explicada por dois fatores imbricados mutuamente. A fragilidade dos servidores na correlação de forças, já que não há expressão política potente da categoria no atual momento histórico; e também pelo cerceamento da classe trabalhadora por parte das elites governantes, que vem se intensificando desde o fim do pacto de classes que marcou os governos petistas. Sobre a atual conjuntura brasileira, Domingues (2017) diz

Alguns sugerem que se veja na atual situação uma crise terminal da “Nova República”. Isso é exagerado, suas instituições e mesmo seu horizonte imaginário e de direitos permanece, mas há sem dúvida uma crise da república, que pode, infelizmente, deve-se reconhecer, ser superada em direção francamente antipopular. (p. 1749, grifos do autor).

O cerceamento das liberdades democráticas que verificamos na atual conjuntura brasileira não é estranho à premissa neoliberal de que a democracia atrapalha o livre funcionamento do mercado, conforme afirmado por Hayek. Ademais, a pouca permeabilidade dos governantes às demandas populares não é novidade no Brasil, como já abordado em capítulo anterior. O fim dos avanços democráticos não virão, certamente, com uma ditadura aberta, empresarial-militar, nos moldes do processo que teve início em 1964. Hoje, formas mais sutis de dominação e coerção são utilizadas pelo Estado sob o argumento de manutenção da ordem, como, por exemplo, por intermédio da mídia, da polícia e do poder judiciário.

Portanto, com base na análise das entrevistas, infere-se que a participação política dos servidores nas lutas de resistência e perda de direitos têm influência sobre as decisões do governo quando há grande adesão da base de trabalhadores públicos, o que aconteceu apenas de forma pontual no período abrangido pela pesquisa. Acrescenta-se à pouca participação da base a postura beligerante do governo estadual contra o funcionalismo, ao atrasar e parcelar salários e propor projetos de lei que, inclusive, legalizam estas práticas. De fato, é a manifestação de uma posição favorável às forças governamentais na correlação de forças com os servidores públicos, que pode ser descrita, se considerarmos a atual conjuntura do País, entre capital e trabalho.

4.1.5 “Nossa luta não é só por salário”: o que motiva a participação política é a defesa da categoria, do serviço público e dos usuários

Para Alves (2011) a proletarização do trabalhador público começa na década de 1970, precisamente na crise do “*Estado desenvolvimentista*”. Nesse processo ocorreu a conquista da sindicalização no serviço público, durante o período de ascensão das lutas sindicais e populares pela redemocratização do País e por direitos sociais. É neste período, segundo o autor, que o “*servidor público*” começa a se identificar como trabalhador público.

Na verdade, ocorreu em algumas categorias assalariadas do Estado político do capital, a construção de uma nova identidade coletiva para além da consciência corporativa e em direção a uma consciência de classe “em si” e ‘para si’ (p. 46, grifos do autor).

A fala da entrevistada Célia revela o entendimento dos servidores sobre sua condição de trabalhador:

Eu participo porque eu sou uma trabalhadora eu acho que todos nós de alguma forma devíamos nos colocar, ou lutar, vamos dizer assim, pelos nossos direitos. (Célia)

A transição, da qual fala Alves, de uma consciência corporativa para uma consciência de classe em si e para si dos servidores públicos contribui para explicar por que os servidores do Hospital Sanatório Partenon lutam pela defesa dos usuários e da qualidade do serviço prestado.

Uma frase que marcou a mobilização desses servidores foi “a nossa luta não é só por salário”. E, de fato, não foi. A quase totalidade dos entrevistados deram igual grau de importância à defesa dos direitos da categoria, a defesa do serviço público de qualidade e a defesa da população usuária do serviço.

A entrevistada Glória argumenta que suas motivações passam pela defesa da categoria e dos usuários do serviço, os quais, segundo ela, carecem de representação:

eu me vejo lutando por mim, por aquela categoria que está ali ao meu lado e eu também me vejo lutando por pessoas que não conseguem lutar, por vários motivos. Eu me sinto um pouco representando pessoas que no dia a dia a gente está convivendo e nem sempre essas pessoas estão sendo ouvidas, estão sendo respeitadas, estão sendo representadas, então assim, são vários os motivos para participar, mas esses dois são os principais. (Glória)

Na mesma lógica, Ceres argumenta que sua participação é motivada pela necessidade de defesa dos servidores, dos usuários e do patrimônio público:

nós aqui somos um cinco estrelas, nós temos elemento humano, a gente tem pouco e um equipamento meio defasado né, a tecnologia, mas nós fazemos muito, a gente faz chover em um solo árido, então isso pelos pacientes, por nós funcionários e pela sociedade, porque isso é uma coisa que é do povo, e a gente não pode deixar cada governo que vem querer escrever a sua maneira, e destruir ou não fazer crescer aquilo que já é público. (Ceres)

Nogueira (2005) afirma que os trabalhadores do setor público são aqueles que ainda conseguem manter formas clássicas do movimento sindical, principalmente em relação às greves,

à mobilização em grandes setores e negociações coletivas de grande amplitude em torno de questões concomitantemente econômicas, sociais e políticas (p. 12).

Isto ocorre, segundo o autor, pelo fato de os servidores públicos serem alvos diretos de práticas anti-estatais e também pela

defesa da esfera pública e manutenção do status quo anterior, principalmente do estado de bem-estar social e dos direitos sociais (NOGUEIRA, 2005, p. 12).

Conclui o autor que *“estaria aí o ponto de ligação com os interesses dos demais trabalhadores”*.

tenho que mostrar para as pessoas que tu pode fazer a diferença, por mais difícil que isso seja, então eu acho que é minha obrigação fazer isso, por tudo que eu falei, assim, do desmonte do serviço público, coisa está mais difícil, eu nem faço isso por minha causa, eu faço isso por aquelas pessoas que vão ser totalmente atingidas, por aquelas pessoas que não tem voz, por nosso usuário, que não tem estudo, que não tem muitas vezes discernimento do que está acontecendo, porque o poder da mídia é muito grande nesse sentido, eu faço mais isso por eles, a gente tem condições de segurar um pouquinho, mas é muito pouquinho que a gente tem condições. (Candida).

A identificação com os trabalhadores fica bem explicitada no depoimento de um servidor que participou ativamente das mobilizações contra a retirada de direitos dos servidores públicos:

Eu acho que a primeira coisa que motiva a mim e que deveria motivar talvez os outros funcionários, é a convicção de ser um trabalhador, eu sou um trabalhador e é nessa situação que eu me vejo cada vez que eu vou ao hospital. A outra motivação que eu entendo é a necessidade de um enfrentamento de qualquer política pública que tenha caráter regressivo e de retirada de direitos, tanto no campo da saúde, da cidadania, de direitos meus como trabalhador de outros trabalhadores também, a outra coisa é a certeza que eu tenho que compete ao Estado, é a elaboração e implantação e a sustentação de políticas que garantam o acesso universal da população na área da saúde, da educação, do trabalho, da assistência social e da cultura, pelo menos nessas áreas. (Carlos).

É importante salientar que a participação política dos servidores do hospital não se deu apenas em espaços institucionais, como as instâncias de controle social, mas, fundamentalmente, “por fora” da institucionalidade. Inicialmente, buscou-se os conceitos de desobediência civil e direito à resistência para explicar a participação política desse grupo de servidores. Contudo, esses conceitos remetem à desobediência e à resistência a algum aspecto do ordenamento legal do Estado que fira os interesses de determinado extrato social, levando ao descumprimento, por exemplo, de uma lei.

O jurista italiano Norberto Bobbio (1989) diz que

la desobediência civil es una forma especial de desobediência, puesto que se adopta para manifestar publicamente la injusticia de la ley, con la finalidad inmediata de inducir al legislador a cambiarla (...) (p. 116).

Se analisarmos a experiência dos servidores do HSP à luz desse conceito teremos dois entraves. O primeiro é que as manifestações foram, essencialmente, contra o descumprimento de leis por parte do governo estadual, como no caso do confisco dos salários, e não contra leis já estabelecidas. O segundo entrave é que vivemos uma conjuntura de cerceamento do espaço e do debate democrático, tal como a atuação do poder executivo quase exclusivamente para os interesses da minoria rica, como bem exemplificado por uma entrevistada:

O governo não quer nos ouvir, a gente vai lá quer botar para fora, quer dizer para eles que está errado, mas a gente não consegue, eles não deixam nos expressarmos, tanto é que fomos agredidos né nas passeatas. Isso aí já é

uma, bem nítido que ele não quer saber né, de qual é nossa situação, qual é nossa posição, isso é triste, eu fico muito triste com isso viu, e com a tristeza vem o medo também (...) (Angela)

Segundo (Tenório), a ilegalidade é cometida pelo próprio governo e cita dois exemplos de atos ilegais, que ferem tanto a Constituição Federal como a Estadual. São eles: o Decreto 52.230/2015, que estabeleceu a contenção de gastos no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado, tendo sido renovado, em junho de 2015, por mais seis meses; e o parcelamento dos salários. Na prática, o governador suspendeu nomeações e concursos, pagamentos de despesas oriundas do governo anterior e pagamentos a fornecedores, além de ensaiar os primeiros passos do que viria a ser o parcelamento do salário dos servidores do poder executivo, que perduraria até o último ano do seu mandato.

Para Nogueira (2005) o Estado brasileiro é marcado pela autocracia e pelo autoritarismo, o que, historicamente, dificultou a construção de uma esfera pública democrática não burguesa no País. Apesar da democracia constitucional, essa forma de poder “*não permite maior participação e influência das camadas populares e trabalhadoras da sociedade nas decisões políticas e administrativas (...)*” (p. 16). Para o autor, essa conformação das relações de poder no Estado brasileiro se reflete nas relações entre servidores públicos e Estado, que se caracterizam por “*confrontos periódicos sobre assuntos elementares das condições de trabalho e salário, principalmente nas áreas sociais da educação e da saúde (...)*”.

Nesse sentido, entende-se que não é possível mensurar o impacto da mobilização dos servidores nas decisões de governo. Porém, concorda-se com Nogueira com relação a caracterização do Estado brasileiro – autocrático, servil às elites e pouco sensível às demandas dos trabalhadores, principalmente na atual conjuntura, de aprofundamento da crise da Nova República.

Portanto, a participação política dos trabalhadores do HSP ultrapassa os interesses corporativos e abrange o conjunto dos trabalhadores que utilizam o SUS. Infere-se, com base na literatura referida, que este sentimento de solidariedade com o usuário do serviço deve-se a um sentimento humanista, comum nas práticas em saúde pública, mas também pelo processo de proletarização do servidor público, que o aproxima, cada vez mais, do trabalhador assalariado do setor privado em função da crescente precarização das condições e das relações de trabalho no serviço público.

4.2 AQUISIÇÕES PROPORCIONADAS PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

4.2.1 Ampliação da capacidade de análise

Um dos resultados encontrados para a questão da influência da participação nas relações interpessoais e no cotidiano de trabalho foi a ampliação da capacidade de análise desencadeada pela participação política. Entende-se que a categoria “ampliação da capacidade de análise” sintetiza o significado expressado pelos entrevistados no uso de termos como “pessoa alienada e pessoa que não está alienada”, “defendermos aquelas ideias com clareza e com informação e o nosso movimento tem muita informação”, “conhecer mesmo o que está acontecendo” e “conheci pessoas, me informei mais”, dentre outras manifestações.

Entende-se que a ampliação da capacidade de análise deve-se à metodologia utilizada pelos servidores do hospital para organizar a participação. As “reuniões de mobilização”, como os trabalhadores do hospital chamavam os encontros semanais, aconteciam todas as terças-feiras. Na pauta, informes atualizados dos sindicatos sobre iniciativas do governo estadual, assembleia legislativa e movimentação de processos jurídicos, planejamento de manifestações e articulação com outras categorias.

Nessas reuniões também eram planejadas atividades de formação. Foram inúmeras palestras e vídeo-documentários sobre a dívida pública estadual, privatizações, Estado Mínimo, organização dos trabalhadores no local de trabalho, dentre outros temas. Estas atividades geralmente contavam com convidados externos, o que foi fundamental para a aquisição de conhecimentos e ampliação da capacidade de análise da realidade. A contribuição de pessoas ligadas à luta popular e sindical foi importante para tornar conhecida a mobilização dos trabalhadores do hospital, o que era, para eles, motivo de orgulho. Na fala da participante Cândida observa-se que as atividades de formação contribuíram para mobilizar outros servidores e qualificar a intervenção do coletivo:

não adianta a gente só deixar a raiva tomar conta e se a gente for partir dessa forma já vai ser uma luta perdida, então por isso que a gente depende muito da união e a estratégia é essa mesmo de sempre, de tentar trazer mais colegas

junto para defendermos aquelas ideias com clareza e com informação e o nosso movimento tem muita informação. (Cândida)

O empobrecimento do trabalhador público, na esteira do desmonte do Estado como provedor de políticas sociais, o aproxima dos segmentos mais proletarizados da classe trabalhadora. Para França (1994)

já são conhecidas as reais condições de vida e trabalho do funcionalismo no Brasil. Elas em nada diferem das condições existentes na maioria da classe operária (p. 199).

Tem-se acordo com a autora de que a grande maioria dos trabalhadores públicos vivenciam as mesmas angústias da grande maioria dos trabalhadores do setor privado no que diz respeito à precarização das condições de vida. Nesse sentido, Alves e Palmela (2011) considera que o trabalhador público pode experimentar o processo de superação da condição de classe em si na direção da formação da consciência de classe para si. Segundo os autores

quando se coloca a identidade de trabalhador público se pressupõe uma nova identidade de classe para além da corporação pública e do próprio Estado político do capital, envolvendo, nesse caso, um projeto de sociedade e de Estado vinculado aos interesses históricos da classe trabalhadora. (ALVES e PALMELA, 2011, p. 45)

A escassez de pesquisas sobre a condição de classe do trabalhador público dificulta o aprofundamento dessa questão (ALVES; PALMELA, 2011). Contudo, esta pesquisa mostra que os trabalhadores do HSP mais orgânicos nas lutas de resistência contra a perda de direitos identificam-se como classe trabalhadora.

Esse auto-reconhecimento como trabalhador também é observado quando o trabalhador público se diferencia de outros segmentos do funcionalismo público, com maior poder aquisitivo e status social, como algumas categorias do judiciário e do legislativo.

então, eles melhoram a questão de servidor do judiciário, eles proporcionam melhor condição do legislativo, eles dão condições melhores para o tribunal de contas, eles dão condições melhores pros servidores da fazenda, tudo onde é coisa que envolve a questão financeira eles facilitam, agora aqueles que prestam assistência a população de massa e que vão ter que trabalhar não com a classe alta, que também faz uso, mas com as demais categorias que são consideradas inferiores, esses são altamente prejudicados. (Tábata).

Alves e Palmela (2011) atribuem à “*crise do Estado desenvolvimentista*” (p. 46), a partir da década de 1970, a proletarização dos servidores públicos. A partir da década de 1980, com as lutas pela redemocratização e direitos sociais, os servidores públicos conquistaram direitos constitucionais que os aproximaram dos trabalhadores do setor privado, como o direito de sindicalização e de greve. Segundo estes autores, ocorreu

a construção de uma nova identidade coletiva para além da consciência corporativa e em direção a uma consciência de classe ‘em si’ e ‘para si’ (p 46).

O uso da palavra “trabalhador” foi frequente entre os participantes da pesquisa para identificar a si próprios e a categoria, principalmente como fruto do processo de participação política.

Eu acho também que o HSP ter se constituído em uma organização dos funcionários, de reivindicação, de luta e de ativismo político, tem a ver com a consciência que agora já existe em boa parte dos funcionários sobre esta questão de serem trabalhadores, de terem direitos ameaçados. (Carlos)

Outra participante da pesquisa também se coloca na condição de trabalhadora ao se referir ao não recebimento em dia da gratificação natalina (equivalente ao décimo terceiro salário previsto na CLT):

se eu não tenho família, se eu não tenho minhas filhas empregadas e o meu negão junto, eu não sei né, nem ano novo e nem natal lá em casa não ia ter, ia passar batido esse ano né, então isso já é uma perca que né, te faz ficar muito chateada, porque tu é trabalhadora, a gente é trabalhadora, poxa vida, daí chegar no final do ano e tu não ter os teus benefícios que são um salariozinho único, um salariozinho a mais que a gente ganha no ano, é triste não é? É bem decepcionante. (Angela)

O trabalhador público estatal atua na esfera da reprodução do capital. Os trabalhadores da saúde, especialmente, têm uma função importante para o capitalismo que é manter em condições mínimas de saúde o trabalhador para que este continue produzindo mais-valia. Para Nogueira (2005), o servidor público é um tipo de trabalhador assalariado improdutivo:

No entanto, as especificidades do setor público devem ser apontadas. Em primeiro lugar, são relações de trabalho entre não proprietários de meios de produção entre si (funcionários e governo ou governantes e dirigentes), ao

invés de relações sociais diretamente capitalistas. Isto significa, no parâmetro de Marx, que não há no relacionamento coletivo dentro do Estado, nas atividades de administração, controle e de prestação de serviços públicos, produção direta de valor para acumulação de capital. Trata-se então de trabalho assalariado improdutivo nos termos discutidos no Capítulo Inédito do Capital de Marx. (p. 4).

Infere-se que os trabalhadores do HSP, ao terem seu processo de trabalho direcionado à recuperação da saúde do extrato mais precarizado da classe trabalhadora, já caracterizado em capítulo anterior, possuem um conhecimento das contradições do capitalismo mais amplo do que a maioria dos trabalhadores públicos que não têm essa vivência. Esta inferência converge com a opinião de um dos entrevistados:

eu entendo que essa motivação dos funcionários do hospital é mais viva, é mais intensa porque os funcionários efetivamente comprometidos com suas funções dentro do hospital estão muito próximos de uma população em que o sofrimento, a dor, a doença, a morte, a perda de familiares, a desconstituição desses pacientes como cidadãos é muito forte, é muito intensa. Então a participação, a vivência cotidiana dessa realidade, é certamente um fator mobilizador em cada um de nós, funcionários do hospital, da nossa vontade de trabalhar, de debater e de combater qualquer política que possa de alguma forma diminuir ou desorganizar, ou até mesmo fazer desaparecer o hospital. (Carlos)

A questão da condição de classe do trabalhador do setor público foi suscitada durante a análise de conteúdo dos resultados da pesquisa, uma vez que as falas dos entrevistados evidenciam que há, por parte desses servidores, o sentimento de pertencimento de classe, a identificação com a classe trabalhadora. Porém, por entender que falta subsídio teórico para defender que há, no caso dos trabalhadores do HSP, avanços no processo de formação da consciência de classe, optou-se por utilizar a categoria “ampliação da capacidade de análise”. A fala da entrevistada Cândida expressa que a servidora superou uma condição de alienação:

eu já passei por essas duas situações e eu entendo perfeitamente, assim, aquela pessoa que está nesse momento alienada ou aquela pessoa que não está alienada mas que está focada na sua vida pessoal e que a gente só tem que desenvolver estratégias para chegar naquela pessoa, naquele colega, de forma respeitosa porque é assim que deve ser as coisas, de forma tranquila, e se respeitar o pensamento de casa um. (Cândida)

A participante Olga argumenta sobre a importância do conhecimento, pode-se dizer, macropolítico, para além do problema em si vivido pelos servidores, para a tomada de decisões mais acertadas sobre como o coletivo deve agir:

A gente só vai se convencer que tem que agir dessa ou daquela forma se a gente conhecer mesmo o que está acontecendo, tanto a coisa mais local, aqui perto de nós, como o contexto de toda situação. (Olga)

Tábata reconhece o amadurecimento político dos servidores mais engajados na luta em defesa de direitos e a importância do conhecimento para qualificar a intervenção do coletivo dos trabalhadores do hospital:

eu acho que a gente teve um crescimento, a gente amadureceu politicamente. A gente vê que as pessoas estão lutando, estão se esclarecendo mais, acho que o movimento está trazendo, assim, conhecimento, conhecimento é poder. (Tábata)

Assim, é possível inferir que a participação desses servidores nas lutas contra a perda de direitos desencadeou processos de aprendizado para estas pessoas, principalmente no que diz respeito a uma leitura crítica da realidade, à negação das explicações simplistas para os problemas vivenciados. Esse aprendizado despertou para alguns participantes o reconhecimento da sua condição de trabalhador.

4.2.2 Relações interpessoais no trabalho

Ademais da ampliação da leitura crítica da realidade e do reconhecimento como classe trabalhadora, identificou-se, por meio desta pesquisa, que a participação política repercutiu nas relações interpessoais no trabalho, principalmente para aqueles que mantiveram um envolvimento orgânico com o movimento dos servidores públicos estaduais. O entrevistado Carlos destaca a aproximação entre servidores que participaram das mobilizações:

a gente observa que os funcionários, antes, durante e após a participação em atos políticos, em movimentos, eles se sentem muito mais próximos, eles se reconhecem melhor, eu acho que se tornam mais companheiros, mais confiantes do seu poder e o poder do grupo como um todo. (Carlos)

Silva (2011) diz que para acessar a identidade o trabalhador precisa manifestar autonomia, o que é extremamente difícil em se tratando de trabalho desqualificado, situação na qual se encontram, segundo a autora,

aqueles cujos conhecimentos e experiências profissionais passaram a ser desvalorizados e descartados em decorrência do advento de novos saberes e de novas tecnologias (p. 203),

caso dos servidores do HSP que tiveram seus cargos extintos e foram desviados para outras funções. Nesse sentido, não podendo desempenhar seu trabalho de forma autônoma, são fundamentais os espaços alternativos:

caso ele possua outros espaços onde possa exercer a sua identidade, portanto, florescer, a situação será diferente (p. 206).

É possível afirmar que muitos servidores públicos estão nesta situação, de realização de um trabalho desqualificado, o que gera invisibilidade. No âmbito desta pesquisa, os servidores do HSP contam com espaços onde é possível a manifestação da autonomia e da solidariedade, proporcionados pela participação política organizada. A fala da entrevistada Olga expressa bem este processo:

existe uma coisa muito bacana que quando a gente começa perceber que todos nós lutamos pela mesma causa aumenta muito o nível de confiança, os colegas começam a se sentir mais incluídos dentro do contexto até do trabalho, acho que isso aí é uma coisa muito boa, começam a olhar mais um para o outro, eles começam a perceber a sua importância ali naquele trabalho diferente e eles de alguma forma se sentem incluídos, deixam de ser invisíveis (Olga)

A entrevistada Cândida chama a atenção para o fato de alguns servidores conseguirem expressar suas opiniões em reuniões e assembléias, promovidas pelo coletivo de servidores da instituição, sem temer retaliações:

e a gente vê que as pessoas se sentem encorajadas a falar, a colocar suas posições, a dizer o que pensam, sem saber se vai ter retaliação. (Cândida)

Olga relata o quanto o desenvolvimento político dos servidores (e, evidentemente, as consequências desse desenvolvimento, como a ampliação da capacidade de análise) incomoda algumas chefias:

o que incomoda mais é saber que quando o trabalhador participa do movimento ele evolui politicamente, isso incomoda, incomoda as chefias. (Olga)

As retaliações e hostilidades por parte de colegas de setor e chefias imediatas foram relatadas pelos entrevistados que ocupam cargos de níveis medio e fundamental. Algumas considerações serão feitas, ainda que este dado não seja aprofundado na presente pesquisa. Relatos dos participantes da pesquisa apontaram que as hostilidades ocorrem no setor onde o entrevistado trabalha, como por exemplo: foram chamados de “baderneiros” e “anarquistas” por colegas. Alguns foram impedidos, em determinados momentos, de sair do setor para participar de atividades sindicais e de reuniões do coletivo do hospital, suscitando neles diferentes reações. Alguns confrontaram as chefias e continuaram participando. Entretanto, outros se sentiram intimidados e reduziram sua participação. Nesse sentido, foram identificados por estes entrevistados dois espaços de sociabilidade: o espaço proporcionado pelo movimento dos servidores, onde houve trocas afetivas, aprendizados, demonstrações de solidariedade e acolhimento das angústias, e o espaço do local de trabalho, onde ocorriam as hostilidades.

Por outro lado, no caso dos servidores ocupantes de cargos que exigem nível superior de escolaridade, observou-se maior liberdade para exercer a participação. Além disso, alguns destes servidores ocupam cargos de chefia e estimulavam os trabalhadores subordinados à também participarem das atividades do movimento.

A fala da entrevistada Samanta expressa o quanto atitudes aparentemente simples, como dirigir-se a um colega chamando-o pelo nome, são importantes para trabalhadores que muitas vezes estão em uma condição de invisibilidade:

Para mim foi muito bom e importante [a participação no movimento dos servidores] porque eu me tornei uma pessoa bem conhecida, muitas pessoas que eu nunca tinha visto aqui, tanto nos outros setores, que me encontravam e conheciam, até me chamavam pelo nome, eu achei muito bom isso, muito bom mesmo. Pessoas muito bacanas, pessoas boas, que sabem respeitar né. (Samanta, grifos meus).

É possível depreender que a participação política organizada desses servidores possibilitou trocas afetivas e outros processos, como reconhecimento, solidariedade e fortalecimento da identidade de classe. Com base na análise da entrevista de Célia

é possível depreender que a participação política proporciona o estabelecimento de relações de confiança entre trabalhadores, o que dilui as defesas geradas pelo sofrimento no trabalho e possibilita trocas afetivas. O coletivo de trabalhadores do HSP tornou-se, além de um instrumento de luta e organização, um espaço de acolhimento e cuidado, de reconhecimento do outro como igual.

Eu acho que por um lado é bom, muitas vezes vários colegas acabam falando, pessoas muitas vezes que a gente até não tem muita intimidade no trabalho, intimidade no sentido de conversar do trabalho mesmo, mas o quanto isso as pessoas começam a te ver de uma outra forma e a te procurar para te perguntar coisas, tirar dúvidas em relação a essas coisas mesmo, do direito, do trabalho, do quanto a união é importante, do quanto a gente consegue conversar do que a gente passa como trabalhador neste lugar e neste estado, neste momento principalmente, o quanto essas conversas ajudam até assim como uma forma de desabafo, muitas vezes a gente não vai resolver o problema que está acontecendo ali, mas poder conversar sobre isso é importante porque as vezes várias pessoas estão sofrendo, não sofrendo em relação ao assédio por exemplo, mas estão com dificuldades no trabalho, por essas coisas todas, de faltar material, de ter uma condição física melhor, de espaço físico, de repente faltar termos de recursos humanos, então as pessoas ficam mais sobrecarregadas, mas o quanto isso de poder conversar sobre essa situação já alivia muito isso de estresse, alivia muito a tensão, e faz com que elas consigam continuar desempenhando suas atividades e repensando isso de uma forma mais positiva. Acho que isso faz diferença. (Célia)

A entrevistada Olga estabelece uma relação entre “organização política dos trabalhadores”, “evolução na consciência do trabalhador” e “o trabalhador começa a perceber a importância do seu trabalho”. Infere-se que o “avanço de consciência”, ao qual se refere a entrevistada, diz respeito à compreensão crítica da condição de servidor público estadual que a participação no movimento dos servidores possibilita. Há uma relação direta entre participação política e desenvolvimento da criticidade.

Mas uma coisa muito importante que me deixa muito feliz que quando eu vejo a organização política dos trabalhadores, a gente percebe que existe uma evolução na consciência do trabalhador e o trabalhador começa a perceber a importância do seu trabalho, que ele é importante naquele trabalho, naquela tarefa, que ele faz a diferença em tudo e que nesse momento que ele se organiza politicamente, ele se sente valorizado. (Olga)

Alves e Palmela (2011) afirmam que a identidade de trabalhador público é forjada “*no interior do movimento reivindicativo da categoria assalariada a qual pertence*” (p. 45), o que representa um avanço em relação à identidade de servidor público, que sugere a condição de servir ao Estado, no caso, o Estado do capital.

É em torno do fetiche do Estado político que os empregados públicos elaboram a identidade de servidores da coisa pública. Nesse caso, eles tendem a se identificar como 'servidores públicos' (idem, ibidem, grifos dos autores).

A identidade de trabalhador fica evidenciada na fala de diversos entrevistados:

acho que as vezes a gente consegue abrir os olhos dos colegas, fazer com que eles tenham um entendimento melhor da sua condição de trabalhador.
(Cândida)

Assumir a condição de trabalhador demonstra a capacidade desses servidores públicos de se enxergarem no interior das relações de classe, superando a imediatividade da consciência corporativa decorrente da sua identidade de servidor público (PALMELA e ALVES. 2011).

Além da leitura mais criteriosa da realidade, a participação política facilita o fortalecimento dos laços de solidariedade. Livres da hierarquia rígida dos processos de trabalho, os servidores podem olhar uns para os outros como iguais, como integrantes de um coletivo que luta por objetivos iguais ou semelhantes. A entrevistada Angela relaciona o movimento organizado à solidariedade entre os servidores:

Quando a gente viu colegas sendo machucados, que a gente foi ver o tamanho dos estragos, e o risco que a gente estava correndo, mas a gente não desistiu porque a gente estava vendo que era o momento da gente fazer o enfrentamento para que eles também sentissem a nossa força, que nós só tínhamos um papel ali e voz, cartaz, faixa e voz, apito, balão, nós não tínhamos armas, nós não tínhamos nada, não tínhamos pedra, e eles jogaram tudo isso em cima de nós, então isso foi um momento assim ó de muita bravura desse grupo, que a gente viu que estão se organizando, eles estão entendendo a importância de ser um movimento organizado, de a gente ter consciência da força coletiva, da união, a união é uma das coisas que ajuda, eu vejo assim que os colegas todos e eu também, a gente é mais solidário uns com os outros.
(Angela)

O relato de Angela pode ser compreendido à luz do que Alves e Palmela definem como intensificação dos laços relacionais:

com o movimento da classe “em-si” e “para-si” (a luta sindical com direção política consciente), tende a ocorrer a intensificação (e ampliação) dos *laços relacionais*, não apenas no interior da “corporação funcional”, mas para além dela, com outras categorias de trabalhadores assalariados públicos ou trabalhadores privados (2011, 45, grifos dos autores).

Esse processo descrito pelos autores fica evidente nas experiências relatadas pelos entrevistados. A intensificação dos laços relacionais ocorreu para dentro e para fora do coletivo de servidores organizado dentro da instituição, haja vista as inúmeras manifestações organizadas junto com professores estaduais, residentes da Escola de Saúde Pública e moradores da comunidade localizada próxima ao hospital, os quais chegaram a participar de reuniões de mobilização dentro da Hospital.

Selligmann (2011) aborda as instâncias coletivas, denominadas “Coletivos de Regra” pela corrente da Psicodinâmica do Trabalho, organizadas pelos trabalhadores como estratégia ao enfrentamento da dominação:

o Coletivo de Regra impulsiona transformações em que a subjetividade dos participantes ressurgem, criativa, caminhando para uma interatividade em que o coletivo procura, solidariamente, enfrentar a dominação, ao mesmo tempo que mantém regras próprias para preservação de seus valores mais caros (Selligmann, 2011, p. 389).

A autora argumenta que para a constituição do Coletivo de Regra é importante o convívio no ambiente de trabalho, de forma que este convívio crie as condições para o reconhecimento e a confiança entre os trabalhadores. Contudo, para fins de compreender os resultados desta pesquisa, uma das diferenças entre a instância criada pelos servidores do HSP e o Coletivo de Resistência abordado por Silva, está no fato de que enquanto o exemplo utilizado pela autora trata da resistência à dominação nos processos de trabalho, a resistência organizada pelos participantes desta pesquisa refere-se à dominação e à opressão em um nível macro-político, especialmente a resistência à dominação de um governo. Este governo demonstrou, no período abrangido por esta pesquisa, que o projeto societário que norteia sua gestão não prevê a valorização do Estado como provedor de políticas sociais e, conseqüentemente, não há espaço para o servidor público nesse projeto societário. Essa dinâmica de interesses históricos em disputa é bem nítida para os participantes da pesquisa.

Por conseguinte, compreende-se que a participação política no contexto de perdas de direitos e desmonte do serviço público proporcionou aquisições importantes para os trabalhadores do HSP, como a ampliação da capacidade de analisar criticamente a realidade, pois tiveram acesso a informações que possibilitaram reflexões mais complexas, principalmente no nível macropolítico. Ademais, houve o

fortalecimento da identidade de trabalhadores e o estreitamento dos vínculos de solidariedade entre colegas.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa apontou que o que motiva a participação política dos trabalhadores participantes da pesquisa supera a defesa dos interesses específicos da categoria a qual pertencem e relaciona-se a interesses mais gerais do conjunto dos trabalhadores, como o direito a serviços públicos de qualidade. Observou-se que há por parte desses trabalhadores o sentimento de pertencimento de classe, para o qual contribuiu a experiência adquirida com a participação política organizada.

Ademais, concluiu-se que a preocupação desses trabalhadores com o conhecimento criterioso dos problemas vivenciados contribuiu para a ampliação da capacidade de análise da realidade, o que é motivo de orgulho para essas pessoas e de segurança quanto às decisões tomadas e ações empreendidas.

A participação política orgânica dos trabalhadores do Hospital Sanatório Partenon, materializada em um coletivo que atuou em defesa da categoria, da saúde pública e dos usuários do serviço, repercutiu nas relações interpessoais no ambiente de trabalho. Nos anos de 2015 e 2016 esse coletivo consolidou-se como um espaço protegido, onde os trabalhadores, independentemente do cargo e do nível de escolaridade, manifestaram suas opiniões, dividiram responsabilidades, construíram estratégias de intervenção para a defesa de suas pautas de lutas, e estreitaram seus vínculos de solidariedade.

Essa participação, mediada tanto pelos sindicatos, quanto pelo coletivo formado dentro da instituição, é um fator importante para a superação do isolamento e da invisibilidade no ambiente de trabalho, pois engendra relações interpessoais pautadas na solidariedade e no reconhecimento do outro, configurando-se como estratégia de resistência dos trabalhadores à cada vez maior precarização do trabalho no serviço público.

Contudo, o processo de amadurecimento político, pertencimento de classe e estreitamento dos vínculos de solidariedade entre os trabalhadores, achados desta pesquisa, não avançou para formas mais complexas de participação e organização política por se tratar de um fenômeno isolado em uma conjuntura de refluxo das lutas sociais.

Por fim, os resultados da pesquisa corroboram a necessidade de se retomar a luta popular e sindical em outras bases, alicerçada em ampla e democrática participação dos trabalhadores, onde o amadurecimento político e a elevação da consciência de cada um são condições fundamentais para o crescimento da organização coletiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é importante chamar a atenção para o reduzido alcance deste estudo. Deixa-se aqui o registro de que uma pesquisa documental, a partir dos artigos, panfletos, cartas e dossiês produzidos pelo coletivo de trabalhadores do HSP, relacionado a participação política deste coletivo de trabalho, constitui valiosa fonte para estudos complementares.

O pacto democrático que vigorou no Brasil durante trinta anos terminou. Teve seu marco histórico com o golpe institucional em 2016. Não é um fenômeno isolado, restrito ao Brasil, ainda que tomar o Brasil de assalto seja um grande negócio para os grandes monopólios e para o imperialismo.

Os trabalhadores não reagiram ao golpe, não reagiram às contrarreformas, não reagiram à criminalização das lutas populares. Reagiram pouco ao assassinato de Marielle Franco. Não há no Brasil, hoje, organizações revolucionárias capazes de colaborar para o adensamento das condições subjetivas necessárias para uma ruptura institucional. Tampouco há um sindicalismo combativo, capaz de organizar greves com ampla participação dos trabalhadores, principalmente aqueles localizados em setores estratégicos da produção. O Novo Sindicalismo está em decomposição, degenerado e apassivado pela cooptação e não tem, nem de perto, o poder convocatório que tinha no final da década de 1970.

Retomando os dizeres de José Paulo Netto, de que o lugar da academia é onde está a luta dos trabalhadores, é essencial, nesse momento de aprofundamento do Estado de Exceção, que pesquisadores identificados com as lutas históricas do povo colaborem, sem a pretensão de substituir a classe, para potencializar focos de resistência popular a fim de construir um novo período de ascenso de lutas sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni e PALMELA, Thayse. **Trabalhadores públicos e sindicalismo no Brasil: o caso dos trabalhadores públicos do judiciário brasileiro**. In: Revista PEGADA, v. 12, n. 1 (2011). Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/912/942>>. Acesso em: <13/04/2017>

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal - Precarização do trabalho e redundância salarial**. In.: Rev. katálysis vol.12 no.2 Florianópolis July/Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008>. Acesso em: <13/04/2018>

ANTUNES, R. e SILVA, J.B. **Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez, 2015.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (Org.). **A dívida pública é o centro dos problemas nacionais** [online]. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/03/a-divida-publica-panfleto-3-18.pdf>>. Acesso em: <13/04/2018>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8. Edição. São Paulo: Cortez Editora: 2010.

BEHRING, E.R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **El tercero ausente**. Traduzido por Pepa Linares. São Paulo: Cátedra, 1997.

BORBA, J. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Soc. estado.vol.27 no.2 Brasília May/Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200004>. Acesso em: 06 abr. 2017.

BORÓN, A. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Coleccion Secretaria Ejecutiva. Buenos Aires: Clacso, Agosto de 2003.

_____. **Guía para el “golpe blando”**. Disponível em: <www.atilioboron.com.ar/2016/04/guia-para-el-golpe-blando.html>. Acesso em: 13 mar 2018.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar: 2 ed. 1 abr. 1988. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7Is733Uoz9445VM1xO9W.pdf>>. Acesso em: <07/05/2017>.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9387, de 20 de junho de 1946**. Institui a campanha nacional contra a tuberculose e dá outras providências. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9387.htm>. Acesso em: <20/02/2017>

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: <11/01/2017>.

_____. **Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003**. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm>. Acesso em: <12/04/2017>.

_____. **Emenda Constitucional nº 08, de 15 de agosto de 1995**. Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Presidência da República. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc08.htm>. Acesso em: <12/04/2017>.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: <12/04/2017>.

_____. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 1998b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: <12/04/2017>.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 38/2017**. Dispõe sobre a adequação da legislação às novas relações de trabalho. Senado federal, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>>. Acesso em: <15/05/2017>.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição 287/2016**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. 2016a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: <06/05/2017>.

_____. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: <08/02/2017>.

BRAVO, M.I.S. **Política de saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete (Col.) Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, M.I.S.; CORREIA, M.V.C. **Desafios do Controle Social na Atualidade**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 109. p. 126-150. Jan/Mar. 2012.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 45, São Paulo, 1998. p. 49-95.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Um novo estado para a América Latina**. Novos Estudos Cebrap, 50, março 1998: 91-98. Trabalho apresentado ao I Congresso do CLAD. Rio de Janeiro, dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=486>>. Acesso em: <10/02/2017>.

CHAGAS, E.F. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf>. Acesso em: <12/04/2017>.

CORREIA, M.V.C. **A saúde no contexto da crise contemporânea do capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira**. Política de saúde e Serviço Social: impasses e desafios. Temporalis, São Luiz, ano 7, n. 13, jan./jun. 2007.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Franca Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELFINO, G.; ZUBIETA, E. **Participación política: conceptos y modalidades**. Facultad de Psicología - UBA / Secretaría de Investigaciones / Anuario de Investigaciones / Volumen XVII. Buenos Aires, Argentina, 2010. (p. 211-220).

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (Org.) - Portal e observatório sobre iniquidades em saúde. **Pobreza e tuberculose: como romper esta aliança?** Disponível em <dssbr.org/site/opinioes/pobreza-e-tuberculose-como-romper-esta-alianca/>. Acesso em <15/03/2018>.

DINIZ, T. M. R. G. **O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social.** In: MARTINELLI, M. L. (Org). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 41-55.

DOMINGUES, José M. **Crise da república e possibilidades de futuro.** In.: Ciênc. saúde coletiva vol.22 no.6 Rio de Janeiro June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002601747&lang=pt>. Acesso em: <15/03/2018>

EL PAÍS (Periódico). **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida.** Dezembro de 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html>. Acesso em <13/05/2018>.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Edição eletrônica: Ed. RidendoCastigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>> Acesso em: <27/05/2017>.

FATORELLI, M. L. **O sistema da dívida pública brasileira,** com Maria Lúcia Fattorelli [25 de Agosto de 2017]. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Entrevista concedida a Maria Lúcia Fattorelli. Disponível em: <https://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2017/08/US60_web_entrevista-1.pdf>. Acesso em: <15/03/2018>.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GAÚCHA ZH (Periódico). **Sartori anuncia novos secretários, com diretor da Agenda 2020 na Educação** [online]. Abril de 2017. Disponível em <<https://www.gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/04/sartori-anuncia-novos-secretarios-com-diretor-da-agenda-2020-na-educacao-cj5wnxjo01xqfxbj03n6wi1c9.html>>. Acesso em <15/08/2017>

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS (Coord.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: <08/05/2017>.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo, Cortez: 2017.

GONSALVES, Elisa P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

HARVEY, D. **Neoliberalismo é um projeto político: entrevista com David Harvey**. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/neoliberalismo-e-um-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey/>>. Acesso em: <14/09/2016>.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. 6ª Ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, F. V. **Todos não são iguais** [Agosto, 1979]. São Paulo: Revista VEJA. Entrevista concedida a Friedrich Von Hayek. Disponível em: <<https://www.academicosdemiltonfriedman.com/single-post/2016/08/11/%E2%80%9CTodos-n%C3%A3o-s%C3%A3o-iguais%E2%80%9D-%E2%80%93-entrevista-de-F-A-Hayek-%C3%A0-VEJA>>. Acesso em: <22/02/2017>.

IASI, M. L. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. In: Evilásio Salvador [et. al.] (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo, Cortez, 2012.

IBARRA, D. **O neoliberalismo na América Latina**. *Revista de Economia Política*. Vol. 31 n. 2. São Paulo. Abr/ jun 2011.

ILHA, Silomar; DIAS, Matheus V.; BACKES, Dirce S. e BACKES, Marli Terezinha S. **Vínculo profissional-usuário em uma equipe da estratégia saúde da família**. In.: *Cienc Cuid Saude* 2014 Jul/Set; 13(3):556-562. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/19661>>. Acesso em <19/03/2018>.

KLIASS, P. **Bancos: lucros, mais lucros e muito mais lucros**. Carta Maior. Artigo publicado em 06/02/2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Bancos-lucros-mais-lucros-e-muito-mais-lucros/21090>>. Acesso em: <06/01/2017>.

LOUREIRO, A. **O direito de greve do servidor público no Brasil diante do princípio do interesse público**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2009.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Tradução de Henrique Carneiro. In.: revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em: <20/03/2018>.

LUPATINI, M. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, E., BEHRING, E., BOSCHETTI, I., GRANEMAN. (Orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, J. **De quem é a tal Agenda 2020?** Jornal Correio do Povo, edição de 15 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2015/08/7471/de-quem-e-a-tal-agenda-2020-que-diminiu-o-estado/>>. Acesso em: <14/02/2017>.

MANDEL, E. **Las ondas largas del desarrollo capitalista**. La interpretacion marxista. Madrid, Espanha: Sigloveinteuno de Espana Editores, s.a., 1986.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa. 3 – Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. [Tradução e notas Nélio Schneider]. - São Paulo, Boitempo: 2011.

MATTOS, M. B. **Reorganizando em meio ao refluxo. Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Niterói, 2009. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/aerton.mattos/Livros+de+Hist%C3%B3ria%284%29/Reorganiza%C3%A7%C3%A3o+em+Meio+ao+Refluxo+-+Ensaio+de+Interven%C3%A7%C3%A3o+sobre+a+Classe+Trabalhadora+-+Marcelo++Badar%C3%B3,626682735.pdf>>. Acesso em: <10/01/2017>.

_____. **Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos**. In: Maria Ines Souza Bravo [et al.] (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. Desafios atuais. 2 ed. – São Paulo, Cortez: 2013.

MAZZEO, A. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENEZES, J. S. B. D. **O Conselho Nacional de Saúde na atualidade: reflexões sobre os limites e desafios**. In: Maria Inês Souza Bravo [et al.] (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. Desafios atuais. 2 ed. – São Paulo, Cortez: 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. - 2. ed. rev. E ampliada. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Dilemas do setor saúde diante de suas propostas humanistas**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 9, p. 15-29, 2004.

MOROSINI, Márcia VGC. **Precarização do trabalho: particularidades no setor saúde brasileiro**. In.: Trab. educ. saúde; 14(supl.1): 5-7, nov. 2016. Disponível em:

<<http://www.pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-798156>>. Acesso em <15/03/2018>.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social. Apêndice a terceira edição: Cinco notas a propósito da “questão social”**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J.P. **Revista Novos Temas entrevista José Paulo Netto**. [25 de Junho de 2016]. Rio de Janeiro: Revista Novos Temas. Entrevista concedida a José Paulo Netto. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=62:revista-novos-temas-entrevista-jose-paulo-netto>. Acesso em: <16/12/2016>.

NETTO, J.P., BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca básica de Serviço Social, v. 1. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, A.J.F.M. **A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Relações de trabalho no setor público**. In: III Ciclo de debates em economia industrial, trabalho e tecnologia - 2005. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. Disponível em <http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/iii_ciclo_arnaldo_nogueira.pdf>. Acesso em <15/03/2018>.

NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PICON, P.D.; BASTOS, D.S.; GARCIA, P. **Do isolamento ao sanatório: diferentes práticas e serviços em um espaço de saúde pública de Porto Alegre – de 1909 a 2001**. Bol. da Saúde, v. 14, n. 1, 1999-2000. P. 133-141.

POGREBINSCHI, T; SANTOS, F. **Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no congresso nacional**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3, 2011, pp. 259 a 305.

PORTAL G1 (Periódico Online). **Revogada indicação de 12 membros do Conselho Nacional de Educação**. Edição de 28 de junho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/revogada-indicacao-de-12-membros-do-conselho-nacional-de-educacao.ghtml>>. Acesso em: <11/02/2017>.

PRIVATIZAÇÕES: a distopia do capital. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Cinema e Conteúdo, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU&t=12s>>. Acesso em <15/03/2018>.

RIBEIRO, Carla V., MANCEBO, Deise. **O servidor público no mundo do trabalho do século XXI.** In: *Psicol. cienc. prof.* vol.33 no.1 Brasília 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a15.pdf>>. Acesso em: <08/04/2018>.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Projeto de Lei 181/ ~d**

57rwor0urep7[87432016, apresentado em 30 de novembro de 2016. Cria o Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, autorizando o Poder Executivo a alienar bens imóveis de sua propriedade, das autarquias e das fundações por meio de leilão, permuta por outros imóveis públicos ou particulares, bem como por permuta por área construída e dá outras providências. 2016b. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=181&AnoProposicao=2016>>. Acesso em: <16/05/2017>.

_____. **Projeto de Lei 44/2016, apresentado em 11 de março de 2016.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. 2016a. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/44/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>>. Acesso em: <16/05/2017>.

_____. **LEGISLATIVA Projeto de lei complementar 249/2017, apresentado em 20 de novembro de 2017.** Dispõe sobre o Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20171127-01-100000/EX20171127-01-100000-PLC-249-2017.pdf>>. Acesso em: <08/04/2018>

_____. **Lei complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994.** Dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.098.pdf>>. Acesso em: <11/04/2018>.

RODRIGUES, I. J. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos?** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, Set./ Dez. 2015.

ROSEMBERG, J. **Tuberculose – aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação.** Boletim de Pneumologia Sanitária Vol. 7, Nº 2 – jul/dez – 1999, Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bps/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: <17/02/2017>.

SANTOS, T. D. S. **Imperialismo y dependência.** Colección Claves Políticas de América, n. 5. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. República Bolivariana de Venezuela. Caracas, Venezuela.

SELLIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental - o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, L.T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SOARES, R. C. **A racionalidade da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social**. In: Maria Ines Souza Bravo [et al.] (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. Desafios atuais. 2 ed. – São Paulo, Cortez: 2013.

TEIXEIRA, Evandro C. e DA COSTA, Jaqueline S. **O impacto das condições de vida e da educação sobre a incidência de tuberculose no Brasil**. In.: Revista de Economia, v. 37, n. 2 (ano 35) p. 106-123, maio/ago. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/27241/18147>>. Acesso em: <15/06/2017>

TEIXEIRA, S.O. **Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia**. In: SALVADOR, E., BEHRING, E., BOSCHETTI, I., GRANEMAN. (Orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

TERENZI, G. **ONU critica aprovação do projeto da Lei Antiterrorismo pelo Congresso**. Folha de São Paulo. Edição de 28 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1743863-onu-critica-aprovacao-do-projeto-da-lei-antiterrorismo-pelo-congresso.shtml>>. Acesso em: <10/02/2017>.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acesso em: <08/05/2017>.

YIN, R. K. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para os participantes da pesquisa que são servidores do Hospital Sanatório Partenon. Mesmo modelo foi adaptado para o participante sindicalista)

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa concedendo uma entrevista no pátio externo do seu local de trabalho. A sua participação é totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder a alguns questionamentos, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo principal do estudo é compreender os fatores que influenciam a participação política dos servidores de um hospital público estadual especializado e tem o propósito de contribuir para qualificar o processo político-organizativo destes trabalhadores. Os objetivos específicos são: A) Examinar os principais motivadores para o engajamento político dos servidores; B) Conhecer a repercussão da participação política dos servidores nas relações interpessoais no cotidiano de trabalho.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa é voluntária e consistirá em uma entrevista através da qual você poderá relatar sua experiência pessoal de participação política no contexto de aprofundamento da contrarreforma do Estado, a influência dessa participação nas relações interpessoais no trabalho, e também sua interpretação acerca das estratégias de resistência adotadas pelos servidores do Hospital Sanatório Partenon. Não serão abordados temas relacionados aos processos de trabalho na instituição. As entrevistas ocorrerão no pátio externo do Hospital Sanatório Partenon, antes ou depois do seu horário de trabalho ou no intervalo de almoço, com a duração de aproximadamente 40 minutos cada encontro. Portanto, não haverá gasto extra com deslocamento dos participantes.

Benefícios: Esta pesquisa trará como benefício o maior conhecimento sobre o tema abordado e a reflexão crítica acerca da totalidade do processo de participação política dos servidores do Hospital.

Riscos. A participação neste estudo, a priori, não prevê riscos de ordem física para você. Todavia, alguns temas abordados podem, eventualmente, gerar desconforto. Por isso você poderá negar-se a responder e desistir a qualquer momento, mesmo que tenha concordado em participar da pesquisa sem que isso acarrete qualquer ônus. Assim, os participantes que eventualmente apresentarem necessidade serão escutados e orientados à rede de tratamento, sendo o serviço de saúde mais próximo o Centro de Saúde Murialdo.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Com a sua autorização prévia, iremos gravar os encontros em áudio. Essas gravações terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis e serão guardadas em sigilo pelo tempo de 5 anos e após totalmente destruídas (conforme preconiza a Resolução 466/12).

O **Título do estudo** é: A participação política de trabalhadores da saúde no contexto da contrarreforma do Estado.

Caso você queira tirar qualquer dúvida o **pesquisador responsável** é Paulo Antonio Barros Oliveira, Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Telefone para contato: (51) 33085066.

Local da coleta de dados: pátio externo do Hospital Sanatório Partenon

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Porto Alegre, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do responsável pelo estudo

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Psicologia da UFRGS, Rua Ramiro Barcelos, 2600 - Bairro: Santa Cecília - Fone 33085698 e ou 33085066.

APÊNDICE II

ROTEIRO – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS SERVIDORES DO HSP

DATA:

HORÁRIO:

1. Acolhimento do participante
2. Combinação da metodologia da entrevista
3. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1: Fale sobre seu ingresso no serviço público estadual, principais perdas e conquistas

2: Qual a sua opinião sobre a capacidade de influência da participação política dos servidores nas decisões do governo?

3: Fale sobre o que te motiva a participar do movimento organizado dos servidores públicos estaduais

4: Como que a participação no movimento organizado dos servidores públicos estaduais repercute na relação com colegas e no cotidiano de trabalho?

APÊNDICE III

ROTEIRO – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM O PARTICIPANTE SINDICALISTA

DATA:

HORÁRIO:

1. Acolhimento do participante
2. Combinação da metodologia da entrevista
3. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1 Por que a diferença salarial é tão grande entre nível superior e níveis médio/fundamental?

2 Fale sobre o contexto político e social do período em que foi aprovada a Lei Complementar ⁴10.098/94. Foi uma conquista que se efetivou através das mobilizações dos servidores estaduais?

3 Quais as principais demandas da categoria atualmente?

4 Qual a sua avaliação sobre o atual estágio de organização e participação política dos servidores da base do SINDSEPE?

5 Na sua opinião, o atual governo cometeu alguma ilegalidade na relação com os servidores públicos estaduais?

⁴ Dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul.